

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR MPF/PRPE N.º 20/2024

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá da melhor forma a inspeção e ensaios na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade, realizando o levantamento dos principais requisitos, sejam técnicos, legais ou de sustentabilidade, das condições do mercado, do quantitativo, das especificações do objeto e das especificidades contratuais, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Existe uma demanda para revitalização da fachada do edifício-sede da PRPE. Entretanto, para a definição das etapas e do planejamento dos serviços essenciais à boa prática de execução, tanto do ponto vista técnico como econômico, faz-se necessária a verificação do atual desempenho da pastilha e das camadas de revestimento (reboco). Assim, é necessário contratar uma empresa especializada em ensaios tecnológicos para atestar a respeito das condições atuais da cerâmica e do reboco e elaborar relatório técnico e termo de referência tomando como base o projeto arquitetônico da nova fachada.

1.2 - O objeto da contratação visa realizar inspeção visual da fachada e seus elementos de revestimento e da cobertura, e realização de ensaios de aderência na cerâmica e reboco, ensaios de percussão na cerâmica e reboco, emissão de relatório técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas e Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados.

1.3 - A PR/PE não dispõe em seu quadro de servidores de mão de obra técnica especializada para o tipo de serviço em questão, bem como de equipamentos necessários para sua execução.

1.4 - O objeto desta contratação se enquadra no código **CATSER 545 / 1627 (Manutenção / Reforma Predial)**, do Catálogo Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/consulta-detalhada/planilha-catmat-catser>).

II – PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1 - O Presente objeto **não** consta no Plano de Contratações Anual - PCA-2024 - desta PRPE, mas, conforme o contido no Art. 11, Parágrafo único, Inciso III da Portaria PGR/MPU nº 38, de 16/03/2023 e no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133, de 01/04/2021, trata-se de contratação dispensada de registro no Plano de Contratações Anual. Por outro lado, a demanda não é estranha ao Planejamento Estratégico do Ministério Público Federal, relacionado ao objetivo estratégico "adequar a estrutura para uma atuação institucional eficiente e segura".

III – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 - Requisitos Funcionais:

3.1.1 – O serviço de inspeção e ensaios na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco engloba:

3.1.1.1 – Inspeção visual da fachada e seus elementos de revestimento e da cobertura;

3.1.1.2 – Realização de 48 ensaios de aderência na cerâmica e 48 ensaios de aderência no reboco;

- 3.1.1.3** – Realização de 48 ensaios de percussão na cerâmica e 48 ensaios de percussão no reboco;
- 3.1.1.4** – Emissão de Relatório Técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas;
- 3.1.1.5** – Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados (tomando como referência o projeto arquitetônico apresentado), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços;
- 3.1.1.6** – Emissão de Documento de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

3.2 - Requisitos Legais

A presente contratação será regida pela Lei 14.133/2021.

A contratada deve atentar para os seguintes normativos:

- **Instrução Normativa nº 01/2010 – SLTI/MPOG:** dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017:** dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;
- **Lei complementar nº 123/2006, de 14 de dezembro de 2006:** Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Portaria SG/MPF nº 148, de 07 de dezembro de 2022:** Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Ministério Público da União;
- **Portaria SG/MPF nº 821, de 22 de agosto de 2017:** Dispõe sobre os procedimentos para a realização de pesquisa de preços para a contratação de serviços e a aquisição de bens no âmbito da Procuradoria Geral da República.
- **Resolução CONFEA nº 1.137, de 31 de março de 2023:** dispõe sobre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, o Acervo Técnico-Profissional e o Acervo Operacional, e dá outras providências;
- **Norma Regulamentadora nº 3 do Ministério do Trabalho:** estabelece as diretrizes para caracterização do grave e iminente risco e os requisitos técnicos objetivos de embargo e interdição;
- **Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho:** estabelece diretrizes de ordem administrativa, de planejamento e de organização, que visam à implementação de medidas de controle e sistemas preventivos de segurança nos processos, nas condições e no meio ambiente de trabalho na indústria da construção;
- **Norma Regulamentadora nº 35 do Ministério do Trabalho:** estabelece os requisitos e as medidas de prevenção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com esta atividade.

3.3 - Requisitos da natureza continuada do serviço/fornecimento

Não se aplica.

3.4 - Requisitos Temporais

3.4.1 - Os serviços deverão ser realizados em dias úteis e horário comercial. Poderão ser definidos outros dias e horários, a serem acordados entre as PARTES, porém o ônus trabalhista de horas extraordinárias dos funcionários será de exclusiva responsabilidade da Contratada.

3.4.2 – O prazo máximo de execução do objeto deve ser de **60 (sessenta) dias** corridos, contados a partir do início estabelecido na ordem de serviço.

3.5 - Requisitos de Segurança

3.5.1 - Comunicar à PRPE, nas pessoas dos fiscais do contrato, os dados da empresa, de seu responsável, e dos demais funcionários, que deverão estar devidamente uniformizados e identificados, munidos de todo equipamento individual de segurança necessário.

3.5.2 - As proteções, sinalizações e fechamentos necessários à execução dos serviços ficarão a cargo da CONTRATADA, sendo responsável por qualquer prejuízo ou dano causado a pessoas ou ao patrimônio do MPF ou de terceiros, devendo os procedimentos e materiais - placas de sinalização, telas, plataformas de proteção, tapumes e galerias - estarem de acordo com a NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção (Norma Regulamentadora nº 18 do Ministério do Trabalho).

3.4.3 - Os serviços deverão obedecer rigorosamente às normas NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção), NR-35 (Trabalho em Altura) e normas internacionais consagradas, na falta de detalhes ou omissões das normas da ABNT.

3.4.4 - Apresentar os certificados de treinamento e capacitação dos empregados para execução de trabalhos em altura, contemplando no mínimo, o conteúdo programático exigido pelo item 35.3.2 da NR-35, atentando também, caso necessário, para os treinamentos periódicos bienais previstos nos itens 35.31, 35.3.3 e 35.3.3.1 da NR-35.

3.4.5 - A Responsabilidade Técnica quanto à Segurança do Trabalho é exclusiva da CONTRATADA. Por isso, o início da execução dos trabalhos só será autorizado mediante a presença de um profissional da empresa que seja habilitado no CREA para supervisão de Segurança do Trabalho, podendo ser um engenheiro/arquiteto ou técnico em segurança do trabalho. Esse profissional terá o dever de supervisionar os trabalhos, instruir os funcionários quanto aos riscos inerentes ao trabalho em altura, responsabilizar-se por toda a segurança dos trabalhadores, prover todo o EPI necessário e prover medidas de Proteção Coletiva a terceiros.

3.4.6 - Em relação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018, a CONTRATADA e a CONTRATANTE devem zelar pela proteção dos Dados Pessoais, se comprometendo a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural; observando o dever de sigilo, quanto às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais ou segredos de negócio; cumprindo obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral.

3.6 - Requisitos Técnicos

3.6.1 - O serviço deverá ser executado de forma indireta, por empresa devidamente registrada no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de PE - CREA/PE - e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

3.6.2 - Será necessário o registro da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica - no CREA/PE conforme a Resolução nº 1.137/2023 do CONFEA ou RRT - Registro de Responsabilidade Técnica - no CAU/PE conforme Resolução CAU nº 184 de 22/11/2019. Qualquer atraso do serviço ocasionado pelo não registro da ART ou RRT será de responsabilidade da CONTRATADA.

3.6.3 - A ART ou RRT será registrada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato ou documento equivalente, desde que não esteja caracterizado o início da atividade, conforme art. 27, § 1º da Resolução do CONFEA 1.137 /2023 e inciso I do art. 2º da Resolução do CAU 184/2019.

3.6.4 - Caso a empresa CONTRATADA esteja registrada ou inscrita no CREA ou CAU de unidade federativa que não seja Pernambuco, deverá providenciar o visto no CREA/PE, conforme os dispositivos constantes das Resoluções CONFEA nº. 266/1979 e 413/1997.

3.6.5 - O serviço a ser executado deverá atender aos requisitos mínimos de qualidade, além de apresentar padrões condizentes com a legislação e a boa técnica, conforme as especificações contidas no termo de referência.

3.6.6 - A mobilização e desmobilização de equipe e materiais para a realização do objeto contratado será de responsabilidade da CONTRATADA, assim como o fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais, mão de obra, transporte e tudo que for necessário para a execução do serviço contratado.

3.7- Requisitos de Garantia

3.7.1 - O objeto da presente contratação terá garantia por sua solidez e segurança, pelo período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, prevalecendo a garantia oferecida

pelo prestador ou por fabricante se o prazo for superior, dentro do qual a CONTRATADA deverá refazer qualquer serviço, ou substituir qualquer material fornecido, que esteja em desacordo com as especificações técnicas, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

3.8 - Requisitos de qualificação técnica

O serviço objeto da contratação necessita de expertise profissional no assunto, de acordo com a NR 35, uma vez que requer medidas de proteção para o trabalho em altura, desde a organização à execução, além de equipamentos específicos para a execução dos referidos testes. Portanto, faz-se necessária a apresentação de comprovação de capacidade técnica no seguinte formato:

3.8.1 - Certidão de registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da empresa e de seu responsável técnico.

3.8.2 - Capacidade Técnico-profissional - comprovação pela empresa, na data prevista para a entrega da proposta, em possuir profissional contratado ou integrante de seu quadro permanente, devidamente habilitado pelo CREA ou CAU e detentor de responsabilidade técnica pela execução de obra ou serviço de características e quantidades compatíveis ao objeto desta contratação direta, ou seja, **Certidão de Acervo Técnico do profissional - CAT**, emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, que comprove a anterior execução de serviços que reúna características similares ao objeto, no tocante à parcela de maior relevância, no presente caso, a etapa de ensaios na fachada.

3.8.2.1 – Na ausência da apresentação da Certidão de Acervo Técnico do Profissional - CAT, a licitante poderá apresentar, em substituição, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, acompanhada pelo Atestado de Capacidade Técnica, emitido pela contratante dos serviços constantes da referida ART, comprovando a efetiva prestação do objeto. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato.

3.8.2.2 - A comprovação do vínculo dos profissionais com a empresa participante dar-se-á mediante: (A) apresentação da CTPS do profissional, ou outro documento trabalhista legalmente reconhecido, no caso do profissional ser funcionário da empresa; ou (B) apresentação do contrato social e/ou ata de eleição da diretoria, no caso do profissional pertencer ao quadro societário da empresa; ou (C) apresentação do contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso a empresa se sagre vencedor do certame, quando o profissional não for integrante do quadro permanente da empresa;

3.8.2.3 – O(s) profissional(is) indicado(s) pela empresa, para fins de comprovação de capacitação técnica, deverá(ão) ser o(s) responsável(is) técnico(s) pela execução do objeto, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que previamente aprovado pela Administração da PRPE.

3.8.3 - Declaração de que a empresa, por intermédio de seu representante técnico, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

3.9 - Requisitos de qualificação econômica

3.9.1 - Considerando se tratar de uma contratação de baixa complexidade e pequeno vulto, não há necessidade de exigir documentos de qualificação econômica para fins de habilitação.

3.10 - Requisitos Sustentabilidade Econômica, Social e Ambiental

3.10.1 - A empresa deverá cumprir os requisitos de sustentabilidade ambiental do subitem 3.11, bem como assinar, sob as penas da lei, declaração de que atende aos critérios de sustentabilidade ambiental e declaração social de inexistência de trabalho escravo, não exploração do trabalho infante-juvenil e não discriminação.

3.10.2 - Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998, e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

3.11 - Requisitos de Sustentabilidade Ambiental

3.11.1 - A CONTRATADA deverá atender, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010.

3.11.2 - Considerando que a promoção do desenvolvimento nacional sustentável é atualmente um dos três pilares das licitações públicas, ao lado da observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, de acordo com o Art. 45 da Lei 14.133/2021, a Contratada deverá respeitar, especialmente, as normas relativas a:

3.11.2.1 - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

3.11.2.2 - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

3.11.2.3 - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

3.11.2.4 - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

3.11.2.5 - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

3.11.2.6 - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.12 - Outros requisitos aplicáveis

3.12.1 - As empresas interessadas em participar **PODERÃO** vistoriar os locais onde serão executados os serviços até o último dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública, com o objetivo de inteirar-se das condições e nível de dificuldade existentes, mediante prévio agendamento de horário junto a Divisão de Engenharia e Arquitetura da Procuradoria da República em Pernambuco, por meio do telefone/whatsapp (81) 2125-8992 e (81) 2125-8940.

3.12.1.1 - A empresa deve comprometer-se a manter sigilo sobre todas as informações a que tiver acesso em decorrência da visita.

3.12.1.2 - Independente da opção pela realização ou não da vistoria, a empresa deverá apresentar declaração formal assinada pelo responsável técnico da empresa, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes a natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros, conforme modelo de declaração de conhecimento das condições do local constante no Aviso da Dispensa de Licitação.

3.12.1.3 - A empresa que decidir não realizar a vistoria e eventualmente, subestimar sua proposta incorrerá em risco típico do seu negócio, não podendo, futuramente, opô-lo contra a Administração para eximir-se de qualquer obrigação assumida ou para rever os termos do contrato que vier a firmar.

3.12.2 - A CONTRATADA deverá manter preposto junto à CONTRATANTE, aceito pela respectiva fiscalização, durante o período de vigência do contrato, para representá-la administrativamente na execução do contrato, sempre que for necessário, o qual deverá ser indicado mediante comunicação formal.

IV – ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 - A estimativa das quantidades dos serviços foi elaborada por meio da análise, pela Divisão de Engenharia e Arquitetura, das atuais condições da fachada da edificação da PRPE em relação aos serviços propostos no projeto arquitetônico aprovado, aliada às exigências das Normas Técnicas Brasileiras sobre o assunto.

4.2 - Os quantitativos dos serviços estão discriminados no item 3.1.

V – LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 - A solução que atenderá às demandas da unidade enquadra-se como serviço comum de engenharia, pois permite padronização em termos de desempenho e qualidade, podendo ser facilmente especificado e precificado pelas empresas especializadas do mercado.

5.2 – A PR/PE não dispõe em seu quadro de servidores de mão de obra técnica especializada para o tipo de serviço em questão, bem como de equipamentos necessários para sua execução, sendo assim necessária a contratação de uma empresa especializada.

5.3 - Foram encontradas 04 (quatro) empresas, que enviaram seus orçamentos à PRPE, verificando-se, de forma preliminar, a competitividade para o objeto da futura contratação.

5.4 - Descrição e Justificativa da Solução escolhida:

5.4.1 - Os **serviços deverão ser executados de forma indireta**, por empresa especializada, com uso de mão de obra não residente.

5.4.2 - A transferência da execução dos serviços para uma empresa especializada aumenta a capacidade da Administração de gerenciar essa execução com foco na eficiência e na garantia de qualidade, sobretudo considerando que a PR-PE não possui em seu quadro de pessoal mão de obra suficientemente habilitada e capacitada para tanto.

VI – ESTIMATIVA DO PREÇO

6.1 - Para formação do preço de referência foi realizada pesquisa de mercado junto às empresas que prestam serviços desta natureza em Recife/PE e região metropolitana, conforme critérios de pesquisa de preços da Portaria PGR/MPU nº 821, de 22 de agosto de 2023, e a metodologia descrita no Relatório da Pesquisa de Preços.

6.2 - O mercado para execução do objeto do presente Estudo mostrou-se restrito, uma vez que a pesquisa local demonstrou haver poucas empresas especializadas. Esta pesquisa direta com os fornecedores teve como objetivo aferir os preços praticados, a realidade do mercado local, bem como verificar a existência de interessados em participar de um eventual certame. Foram encontradas apenas 04 (quatro) empresas, com as quais a PRPE realizou cotação para o referido serviço, conforme o Mapa de Preços (ANEXO).

6.3 – Dos 04 (quatro) preços obtidos, 02 (dois) foram descartados por serem valores discrepantes à média aplicada, restando apenas dois preços considerados homogêneos, de modo que o menor destes restou definido como valor máximo aceitável, conforme metodologia descrita no Relatório da Pesquisa de Preços.

6.4 - Não foram encontrados preços nos sistemas oficiais de governo, como Painel de Preços, ou no sistema contratado, o Banco de Preços, em relação a contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois a precificação deste serviço leva em consideração as particularidades de cada imóvel, tais como altura, área da fachada e tipo de construção.

6.5 - O valor **global** assim estimado para a contratação dos serviços propostos é de **R\$ 29.900,00 (vinte e nove mil e novecentos reais)**.

6.6 - Os serviços pesquisados estão de acordo com as especificações e requisitos da contratação.

VII – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 - O serviço de inspeção e ensaios na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco engloba:

7.1.1 – Inspeção visual da fachada e seus elementos de revestimento e da coberta;

7.1.2 – Realização de 48 ensaios de aderência na cerâmica e 48 ensaios de aderência no reboco;

7.1.3 – Realização de 48 ensaios de percussão na cerâmica e 48 ensaios de percussão no reboco;

7.1.4 - Emissão de Relatório Técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas;

7.1.5 – Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados (tomando como referência o projeto arquitetônico apresentado), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços;

7.1.6 – Emissão de Documento de Responsabilidade Técnica (ART/RRT).

7.2 - As rotinas e detalhes dos serviços objeto da contratação constarão no Termo de Referência.

VIII – FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

8.1 - Para a contratação em tela foram analisados processos similares feitos por outros órgãos e entidades, por meio de pesquisa no âmbito de dispensa de licitação, pregões e contratações públicas através do site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e do Sistema de Gestão Administrativa no âmbito do Ministério Público Federal, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias e procedimentos que melhor atendam às necessidades da Administração.

8.2 - Em quase todos os processos pesquisados, a solução utilizada foi a contratação de empresa especializada para inspeção e ensaios na fachada, sob a forma de execução indireta. Diante dessa temática, a solução a ser adotada pela unidade ministerial é aderente às encontradas, qual seja, contratação de uma empresa especializada para inspeção visual da fachada e seus elementos de revestimento e da cobertura, e realização de ensaios de aderência na cerâmica e reboco, ensaios de percussão na cerâmica e reboco, emissão de relatório técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas e Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados.

8.3 - Durante a fase de pesquisa de preços junto à Administração Pública, observou-se que a contratação por meio da **Dispensa de Licitação, na forma eletrônica**, com base no inciso I, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, foi a forma mais vantajosa, considerando o custo administrativo de realizar uma licitação (princípio da economicidade) e em atenção ao princípio da eficiência, celeridade e competitividade:

"Art. 75. É dispensável a licitação:

[]

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores "

[]

8.4 - Para análise do tratamento diferenciado ou não da licitação para microempresas e/ou empresas de pequeno porte, a administração deve fazer a leitura e análise conjugada dos artigos 46, 47 e 48 da Lei Complementar nº 123/06, conforme segue:

- **deverá realizar** processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) (LC 123/06, Art 48, I);
- **deverá estabelecer**, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/06, Art 48, III);
- Não se aplica o tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte quando:
 - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;
 - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do art. 48.

8.5 - A exclusividade às micro e pequenas empresas é a regra nos casos de procedimentos licitatórios, cujo valor orçado seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), consoante art. 47, da Lei Complementar 123/2006 e art. 6º, do Decreto nº 8.538/2015.

8.6 - No entanto, há exceções que podem ser avocadas pela Administração, desde que devidamente justificadas, considerando que o tratamento diferenciado é resultado de expressa disposição constitucional (CR/88, art. 170, IX), sendo seu dever esclarecer os motivos pelos quais se decidiu que determinada licitação não será exclusiva.

8.7 - Nessa seara, o art. 49 da Lei Complementar nº 123/06 proíbe, expressamente, a aplicação do disposto nos seus artigos 47 e 48 quando não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (artigo 49, III, da LC 123/2006).

8.8 - Interpretando-se esse dispositivo, é possível chegar à conclusão de que, mesmo que seja possível segregar ao menos 3 (três) fornecedores enquadrados como ME ou EPP na localidade, com a capacidade de cumprir as exigências do Edital, mas nada além disso, apesar de realizado exaustivo cotejo de preços, então a Administração poderá aplicar as regras excludentes do art. 49, III da LC nº 123/2006, no intuito de permitir a participação dos demais fornecedores interessados.

8.9 - Destarte, é situação temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso se permita a exclusividade, sem os parâmetros adequados que garantam a presença de fornecedores capazes de promover a competitividade tão buscada pela Administração, poder-se-ia estar a conduzir uma licitação ineficaz, em virtude da ausência de fornecedores. Restaria à PRPE repetir o certame, o que aumentaria os custos da contratação, gerando prejuízos.

8.10 - É de pleno conhecimento desta PRPE que a razão de ser da norma é promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica (artigo 47 da LC nº 123/06). Contudo, esta disposição deve ser interpretada à luz da Constituição Federal (CF) e da Nova Lei Geral de Licitações. A CF prevê expressamente que no processo licitatório deve ser assegurada igualdade de condições a todos os concorrentes, ao passo que a Lei de Licitações dispõe que esta se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável.

8.11 - Ante todo o exposto e considerando o risco presente na concessão da exclusividade, bem como a ausência de parâmetros que afastem esses riscos, considerando ainda que tal decisão preserva a competitividade do certame, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, e que as ME e EPP terão garantidos os outros benefícios dispostos na Lei Complementar nº 123, de 2006, esta licitação não será exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por conta da imprevisibilidade de garantir um quantitativo de fornecedores suficiente para acirrar a competitividade que tanto se busca no âmbito da Administração Pública.

8.12 - Assim, a solução passa pela contratação de empresa, por meio da modalidade **"Dispensa Eletrônica sem exclusividade ME/EPP"**, para a prestação de serviço de inspeção e ensaios na fachada do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco.

IX – JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1 - A contratação em tela visa adquirir para a administração um **ÚNICO ITEM, indivisível**, não havendo que se falar em parcelamento do objeto. Ademais, por oportuno, segue abaixo o que a legislação e os órgãos de controle dispõem sobre o tema.

Art. 40, da Lei nº 14.133/2021, dispõe:

"V - atendimento aos princípios:

[];

b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;

[];

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

§ 3º O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo."

Súmula nº 247 TCU, dispõe:

"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade."

9.2 - Portanto, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é pelo atendimento ao princípio do parcelamento do objeto, conforme disposto acima, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente vantajoso e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). O órgão poderá dividir a pretensão contratual em itens ou em lotes (grupo de itens), quando técnica e economicamente viável, visando maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega.

9.3 - No caso em tela, o objeto deste Estudo não permite sua divisão, uma vez que os serviços deixariam de apresentar um padrão de qualidade, gerando, inclusive, ingerência entre diversas empresas, caso o objeto fosse dividido em itens independentes. Além disso, a contratação sem parcelamento de que trata o objeto permite à Administração uma maior economia com ganho de escala, haja vista que os fornecedores poderão vir a ofertar preços mais competitivos, sem restringir a competitividade. Ademais, como a prestação do serviço objeto da contratação é feito pelas empresas de mesmo ramo, ao parcelar, não haveria ampliação na competitividade.

X – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

10.1 - O resultado imediato pretendido com a contratação é averiguar as condições atuais da cerâmica e do reboco e elaborar relatório técnico e termo de referência tomando como base o projeto arquitetônico da nova fachada.

XI – PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Para o início dos serviços faz-se necessário que os pontos de ancoragem da cobertura estejam revalidados para que se tenha condições de usar o rapel para realização dos ensaios na fachada.

XII – CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

A contratação de empresa para o serviço de revalidação do sistema de ancoragem instalado na cobertura do edifício-sede da Procuradoria da República em Pernambuco já foi providenciada, conforme o procedimento nº 1.26.000.001022/2024-19.

XIII – IMPACTOS AMBIENTAIS

Não existe impacto negativo ambiental na solução proposta. Ademais, considerando as orientações contidas na IN MPOG nº 1/2010, propostas para a presente solução, poderão ser exigidas boas práticas ambientais para a contratação.

XIV – VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente estudo técnico preliminar evidenciou que a contratação de empresa especializada para inspeção visual da fachada e seus elementos de revestimento e da cobertura, e realização de ensaios de aderência na cerâmica e reboco, ensaios de percussão na cerâmica e reboco, emissão de relatório técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas e Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados, **é viável** do ponto de vista técnico e econômico, e contribuirá para o atingimento dos objetivos estratégicos do Ministério Público Federal, desde que sejam adotadas as premissas descritas neste documento.

Recife, 27 de junho de 2024.

MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO

SILVANA MORAIS DE ANDRADE
SETOR DEMANDANTE - DEA/PRPE

FÁTIMA BATISTA DA COSTA SILVA
SETOR DEMANDANTE - DEA/PRPE

RUBINALDO CABRAL SARAIVA
CA/PRPE
SETOR DEMANDANTE

IZAHLTON MENDES GUIA JÚNIOR
DICGC/PRPE

MARCOS AMORIM DE MORAIS
DEOF/PRPE

ALCIONE MARTINS DA SILVA
COORDENADORA DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO/PRPE

APROVAÇÃO PELA AUTORIDADE COMPETENTE

APROVO O PRESENTE ETP E ESTABELEÇO O PRAZO DE 10 DIAS COMO LIMITE PARA CONFEÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA PELA ÁREA DEMANDANTE, COM APOIO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO (ART.27, IN Nº 05/2017/MPDG).

PATRÍCIA GONÇALVES ALMEIDA TESCH
SECRETÁRIA ESTADUAL/PRPE



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PR-PE-00043486/2024 ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 20-2024**

Signatário(a): **ALCIONE MARTINS DA SILVA**

Data e Hora: **27/06/2024 12:20:10**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **IZAHILTON MENDES GUIA JUNIOR**

Data e Hora: **27/06/2024 12:22:13**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **SILVANA MORAIS DE ANDRADE**

Data e Hora: **27/06/2024 13:18:52**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **FATIMA BATISTA DA COSTA SILVA**

Data e Hora: **27/06/2024 13:56:58**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **PATRICIA GONCALVES ALMEIDA TESCH**

Data e Hora: **27/06/2024 17:42:34**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **RUBINALDO CABRAL SARAIVA**

Data e Hora: **27/06/2024 19:33:51**

Assinado com login e senha

Signatário(a): **MARCOS AMORIM DE MORAIS**

Data e Hora: **02/07/2024 11:49:50**

Assinado com login e senha

Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave c1d16514.5a9de1b0.713b1af2.5ed63767



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00043486/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 20-2024

Complementar - ETP 20-2024.Ensaio.Fachada.PRPE (versão final).odt

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[ETP 20-2024.Ensaio.Fachada.PRPE \(versão final\).odt](#)

RELATÓRIO DA PESQUISA DE PREÇOS DISPENSA ELETRÔNICA

1 – DO OBJETO

O presente relatório trata da pesquisa de preços empreendida para contratação de empresa especializada para inspeção visual da fachada da PRPE e seus elementos de revestimento e da cobertura e realização de ensaios de aderência na cerâmica e reboco, ensaios de percussão na cerâmica e reboco, emissão de relatório técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas e Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados, conforme justificativas e especificação detalhada no Termo de Referência, constante dos autos do PGEA nº 1.26.000.001424/2024-13.

2 – RESPONSÁVEIS PELA PESQUISA

A pesquisa foi realizada pela Divisão de Engenharia e Arquitetura da PRPE com base nos parâmetros definidos na Lei nº 14.133/2021 e na Portaria SG/MPF nº 821, de 22 de agosto de 2017, conforme discriminado nas cotações em anexo e aspectos relacionados a seguir:

3 – CARACTERIZAÇÃO DAS FONTES CONSULTADAS

A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado foi realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

() Pesquisa em fontes de preços públicos, de contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

() Pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, ou sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, contendo a data e a hora de acesso, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

(X) Pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de e-mail, com validade de até seis meses, para divulgação do edital, devendo ser atualizados, caso a publicação seja em prazo superior;

() Pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, com validade de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do edital, contada da data da emissão da nota fiscal.

3.1 - Justificativa para a ausência de fontes de preços públicos:

Não foram encontrados preços nos sistemas oficiais de governo, como Paineis de Preços, ou no sistema contratado, o Banco de Preços, em relação a contratações similares feitas pela Administração Pública em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, pois a precificação deste serviço leva em consideração as particularidades de cada imóvel, tais como altura, área da fachada e tipo de construção.

3.2 - Justificativa para a escolha dos fornecedores:

Foram consultadas **04 (quatro)** empresas especializadas no Estado de Pernambuco, nos seguintes e-mails: kildare.consultar@gmail.com; joao@tecomat.com.br; acam0310@gmail.com; e nardoengenharia@gmail.com; e todas enviaram orçamento: CONSULTAR ENGENHARIA (CNPJ: 36.029.473/0001-69), MELO ENGENHARIA (CNPJ: 27.758.217/0001-11), NARDO ENGENHARIA E CONSULTORIA (CNPJ: 37.636.226/0001-93) e TECOMAT ENGENHARIA (41.012.964/0001-37). Todos os fornecedores foram informados das características da contratação definidas pelo setor demandante, com vistas a melhor caracterização das condições comerciais praticadas para o objeto a ser contratado. Para a escolha dos fornecedores, a área requisitante realizou levantamento no ramo de atividade do objeto a ser adquirido, com base nos seguintes critérios: atendimento aos requisitos da contratação, empresas consolidadas no mercado local, fornecedores que já foram contratados com êxito pela PRPE em períodos anteriores e empresas que trabalham com nota de empenho. As propostas formais constam no anexo deste relatório, englobam todos os custos para fornecimento da solução requerida, como tributos e fretes, e contém os seguintes requisitos mínimos: descrição do objeto, valor unitário e total, número do Cadastro de Pessoa Física - CPF ou do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ do proponente, endereços físico e eletrônico, telefone de contato, data de emissão, nome completo e identificação do responsável.

4 – SÉRIE DE PREÇOS COLETADOS

Os preços coletados, bem como a memória de cálculo (MAPA ESTIMATIVO DE PREÇOS), constam nos ANEXOS I e II deste relatório, respectivamente.

5 – MÉTODO ESTATÍSTICO APLICADO PARA A DEFINIÇÃO DO VALOR ESTIMADO

A partir da pesquisa de preços realizada segundo os critérios acima informados, foram tratados os dados obtidos, a fim de se obter o preço de referência, utilizando-se a seguinte metodologia:

- a) avaliação quanto à existência na amostra de valores discrepantes, capazes de distorcer a estimativa de preços que se pretende calcular;
- a) para tanto, deve-se calcular a média aritmética, que é obtida pela divisão entre o somatório dos valores encontrados e sua quantidade;
- b) deve-se calcular também o desvio-padrão, que é uma medida de dispersão, ou seja, indica se há muita ou pouca variação na amostra analisada, calculada da seguinte forma:
=DESVPAD(D:12:D;21);
- c) deve-se calcular o coeficiente de variação de Pearson, também medida de dispersão, que é obtido pela divisão entre o desvio-padrão e a média aritmética;
- d) os casos nos quais o coeficiente de variação de Pearson foram iguais ou inferiores a 15% (quinze por cento), foi considerada baixa dispersão, com base na literatura técnica especializada acerca do tema*;
- e) quando obtidos 3 (três) ou mais preços, adotou-se a média aritmética, seguindo a recomendação do Acórdão nº 3.068/2010 – TCU Plenário;
- f) identificada a baixa dispersão, o menor valor somente foi utilizado, quanto não foi possível obter o mínimo de 3 (três) preços na pesquisa, em atendimento ao Parecer CORAG/SEOR/AUDIN-MPU Nº 80/2007, item 37, alínea “e”;
- g) nos casos nos quais houve dispersão superior a 15% (quinze por cento), foram identificados os valores discrepantes, para o seu descarte da análise;
- h) foram considerados valores discrepantes aqueles que se situaram fora do intervalo entre os seguintes limites: $\mu - 1\sigma$ (média – 1 desvio-padrão) e $\mu + 1\sigma$ (média + 1 desvio-padrão);
- i) após a exclusão dos valores discrepantes, foi obtido novo preço de referência, de acordo com as regras das alíneas “f” e “g”.

* Literatura voltada para análise estatística consultada (quadro comparativo):

Dispersão	Fonte				
	Gilberto de Andrade Martins (2001)	Pimentel Gomes (1985) Ensaios Agrícolas	Ferreira F. V. (1991) Experimental aplicada à agronomia	Site Datalyser (CEP – Controle Estatístico do Processo)	Júlio Cesar de C. Balieiro (2009) USP
Baixa	$x < 15\%$	$x < 10\%$	$10\% \leq x < 15\%$	$x \leq 15\%$	$x < 15\%$
Média	$15\% \leq x < 30\%$	$10\% \leq x < 20\%$	$15\% \leq x < 20\%$	$15\% < x \leq 30\%$	$15\% \leq x <$



Procuradoria da República em Pernambuco
Coordenadoria de Administração
Equipe de Planejamento e Contratações

					100%
Alta	$x \geq 30\%$	$20\% \leq x < 30\%$	$20\% \leq x < 30\%$	$x > 30\%$	$x \geq 100\%$
Muito alta		$x \geq 30\%$	$x \geq 30\%$		



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00043486/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 20-2024

Complementar - Relatório.Pesquisa.Preços - Ensaios.na.fachada.PRPE.docx

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Relatório.Pesquisa.Preços - Ensaios.na.fachada.PRPE.docx](#)

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
SUBSECRETARIA DE ARTICULAÇÃO E REGISTRO DE PREÇOS

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE PREÇOS

Processo	Descrição	Item	Quantidade
	INSPEÇÃO E ENSAIOS NA FACHADA DA PRPE	1	1

Ordem	Parâmetro	Fonte	Valores Obtidos	Valores Homogêneos	Valores Homogêneos	Valores Homogêneos	Valores Homogêneos
1	Fornecedores	TECOMAT	R\$ 29.900,00	R\$ 29.900,00	PARAR	PARAR	PARAR
2	Fornecedores	CONSULTAR ENGENHARIA	R\$ 56.208,00	descartado	PARAR	PARAR	PARAR
3	Fornecedores	MELO ENGENHARIA	R\$ 26.550,00	descartado	PARAR	PARAR	PARAR
4	Fornecedores	NARDO ENGENHARIA E CONSULTORIA(*)	R\$ 51.754,00	R\$ 51.754,00	PARAR	PARAR	PARAR
5		(*) A empresa Nardo acrescentou ao seu preço o valor do projeto executivo da fachada (que não será contratado), por isso foi retirado do valor global da sua proposta, resumindo: R\$ 56.954,00 (valor global) – R\$ 5.200,00 (valor do projeto executivo) = R\$ 51.754,00		descartado	PARAR	PARAR	PARAR
6							
7							
8							
9							
10							

ANÁLISE	1ª Análise	2ª Análise	3ª Análise	4ª Análise	5ª Análise
Quantidade de Valores Obtidos:	4	2	0	0	0
Menor Valor Obtido:	26550,00	29900,00	0,00	0,00	0,00
Média (μ):	41103,00	40827,00	ERRO	ERRO	ERRO
Desvio-Padrão (σ):	13027,87	10927,00	ERRO	ERRO	ERRO
Valores Discrepantes ($\mu - 1\sigma$):	28075,13	29900,00	ERRO	ERRO	ERRO
Valores Discrepantes ($\mu + 1\sigma$):	54130,87	51754,00	ERRO	ERRO	ERRO
Coefficiente de Variação (σ/μ):	0,317	0,268	ERRO	ERRO	ERRO
Conclusão da Análise:					

Valor Estimado Considerado:

PRÓXIMO	R\$ 29.900,00	ANTERIOR	ANTERIOR	ANTERIOR
---------	---------------	----------	----------	----------



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de preço Investigação Fachada PRPE

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

11 de abril de 2024 às 14:42

Para: "kildare.consultar@gmail.com" <kildare.consultar@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>, "Rubinaldo Cabral Saraiva (PR.PE)" <rubinaldosaraiva@mpf.mp.br>

Boa tarde Kildare

Estamos planejando revitalizar a fachada da edificação da Procuradoria da República em PE - MPF - localizada na avenida Agamenon Magalhães, 1800.

Já temos o projeto arquitetônico que consiste na troca das pastilhas e na pintura texturizada dos elementos em concreto aparente.

Como o prédio tem mais de 40 anos, precisamos ter a certeza se as camadas de chapisco e massa única podem ser preservadas e se estão em condições de receber um novo revestimento ou devem ser removidas e refeitas.

Então, imaginamos contratar uma empresa que possa nos auxiliar nessa análise com:

1. Inspeção visual da fachada e apontamento das manifestações patológicas encontradas;
2. Realização de ensaios de percussão e aderência das cerâmicas (imaginamos uns 40 pontos ao longo dela) ou outros ensaios, de modo que se possa atestar sobre as condições das camadas de revestimento;
3. Emissão de relatório técnico e parecer contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas.
4. Elaboração de um Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações para as atividades propostas e serviços a serem executados (inclusive quantitativo dos serviços propostos), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços.
5. Emissão da ART.

Achamos interessante uma visita para que seja dirimida qualquer dúvida.

Eu e a engenheira Fátima estamos disponíveis todos os dias, sendo necessário entrar em contato para marcarmos um horário.

Agradecemos desde já,

Atenciosamente,

--

Silvana Andrade (PRPE)

Divisão de Engenharia e Arquitetura - DEA/PRPE

Zoom: Silvana Moraes de Andrade ([PR.PE](#))

Fone: (81) 2125-8992

Whatsapp: (81) 2125-8992



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de preço Investigação Fachada PRPE

Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE) <fatimacosta@mpf.mp.br>
Para: Consultar Engenharia <kildare.consultar@gmail.com>
Cc: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

15 de abril de 2024 às 14:28

Boa tarde, Kildare.

Seguem as plantas que você solicitou.

A área de fachada (revestimento cerâmico), você encontra no PDF.

Ficamos no aguardo.








[Texto das mensagens anteriores oculto]

--



PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO
Fátima Batista da Costa Silva
Divisão de Engenharia e Arquitetura
Whatsapp: (81) 2125-8940

7 anexos

-  **088-ARQ-EXE-R03.pdf**
11191K
-  **0088-MEMORIAL DESCRITIVO-R03.pdf**
183K
-  **Planta de Fachadas Sul e Leste.dwg**
188K
-  **Planta dos Cortes CC' e DD'.dwg**
315K
-  **Planta de Fachadas Norte e Oeste.dwg**
150K
-  **Planta dos cortes AA e BB.dwg**
385K
-  **Planta baixa Térreo.dwg**
4983K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de preço Investigação Fachada PRPE

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

26 de abril de 2024 às 12:16

Para: Consultar Engenharia <kildare.consultar@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Boa tarde Kildare,
Tudo bem?

Estamos avaliando as propostas para a contratação do ensaio da nossa fachada e para que possamos ter preços uniformes, estamos solicitando que alguns itens sejam retirados e outros acrescentados, se for possível, claro!

1. Gostaria que fosse incluído no preço uma inspeção visual na nossa coberta;
2. Foram orçados 60 pontos de ensaio a percussão e de aderência no reboco. Gostaríamos de padronizar esse número para **48 ensaios** e também realizar 48 ensaios à percussão e aderência na pastilha. (a minha pergunta é: para avaliar a pastilha e o reboco seria necessário ensaios distintos?);

Agradeço desde já e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente,

Silvana Andrade
DEA/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta de preço Investigação Fachada PRPE

Consultar Engenharia <kildare.consultar@gmail.com>

6 de maio de 2024 às 11:26

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Bom dia a todos, segue em anexo à proposta com as devidas alterações.
Atenciosamente:.



[Texto das mensagens anteriores oculto]



14_24_REV 01_PROPSERV_ANÁLISE REV EXTERNO_MPF_DEA.pdf
853K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de preço Investigação Fachada PRPE

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

7 de maio de 2024 às 13:50

Para: Consultar Engenharia <kildare.consultar@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Boa tarde Kildare

Observamos que na sua proposta existe um item a mais que é "inspeção visual destrutiva para análise de perfil...".
A retirada desse item da sua proposta diminuiria o seu valor global?
Se sim, você poderia recalcular o valor e aproveitar e retirar da sua proposta o item "fiscalização técnica da fachada durante a obra"?

Agradecemos desde já,

Atenciosamente

Silvana Andrade
DEA/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Proposta de preço Investigação Fachada PRPE

Consultar Engenharia <kildare.consultar@gmail.com>

8 de maio de 2024 às 13:54

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Boa tarde Silvana

Segue em anexo a proposta com as devidas alterações solicitadas identificada como: **14_24_REV 02_PROPSERV_ANÁLISE REV EXTERNO_MPF_DEA**

Agradecemos desde já,

Atenciosamente:.



[Texto das mensagens anteriores oculto]



14_24_REV 02_PROPSERV_ANÁLISE REV EXTERNO_MPF_DEA.pdf
849K

Com a carência de empresas realmente comprometidas com a QUALIDADE na prestação de serviços de acompanhamento e controle técnico a CONSULTAR foi idealizada no final de 2014, por profissionais preocupados em exercer um acompanhamento técnico com transparência, buscando desmistificar toda e qualquer dúvida sobre: Reformas de substituição de revestimento em fachadas, recuperação estrutural, ou seja, controle e fiscalização de serviços de manutenção preventiva e corretiva e execução dos ensaios de aderência.

A CONSULTAR é composta por profissionais atuantes no mercado há 20 anos, professores de Escolas Técnicas Federais e Faculdades. O nosso diferencial é o capital intelectual que é devidamente justificada pela prática das Normas Brasileira Regulamentadoras, (NBR's). Garantindo uma padronização na execução dos serviços realizados nas Obras.

- ✓ **Suporte técnico para execução e esclarecimento dos serviços na obra.**
- ✓ **Elaboração de relatórios de acompanhamento.**
- ✓ **Coerência nos processos construtivos e as necessidades da obra.**

1. Apresentação

Essa proposta tem como objetivo a prestação de serviços técnicos de engenharia civil, voltados a análise de performance dos sistemas construtivos que compõem as fachadas;

2. Especificação e remuneração do(s) serviço(s):

2.1 Realização de ERAT com suporte de alpinismo industrial;

ATIVIDADE REALIZADA ATRAVÉS DE ALPINISMO INDUSTRIAL		
<p><i>Elaboração de projeto de atuação e aplicação de metodologias normativas com finalidade de atender as demandas solicitadas abaixo:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Ensaio de aderência tração direta emboço (NBR 13528:2019) <i>Distribuídos proporcionalmente entre as fachadas.</i>• <i>Realização de ensaio de percussão e análise do sistema construtivo para atestar as condições das camadas que compõem o revestimento de fachada.</i> <p>(FEITO ATRAVÉS DE DRONE E/OU ALPINISMO, EQUIPE TÉCNICA)</p>	Valor Unitário R\$ 195,00	R\$ 195,00 x 48 PONTOS R\$ 9.360,00
<ul style="list-style-type: none">• Ensaio de aderência tração do Rev.Cerâmico (NBR 13755:2017) <i>Distribuídos proporcionalmente entre as fachadas.</i> <p><i>O ensaio tem a finalidade de avaliar as condições de aderência da argamassa utilizada para assentamento do atual revestimento cerâmico das fachadas da edificação, tendo em vista a remoção do atual revestimento para sua substituição. Os resultados serão importantes para definição de parâmetros de grau de resistência para as demolições e os efeitos causados na estrutura decorrente dos métodos utilizados para execução da atividade.</i></p> <p>(FEITO ATRAVÉS DE DRONE E/OU ALPINISMO, EQUIPE TÉCNICA)</p>	Valor Unitário R\$ 195,00	R\$ 195,00 x 48 PONTOS R\$ 9.360,00

<ul style="list-style-type: none"> <i>Inspeção visual da fachada e apontamento das manifestações patológicas encontradas</i> <i>Registro em foto e vídeo da atual situação do prédio com finalidade de criação de histórico de intervenções ou diário visual de obras.</i> <i>Inspeção visual da cobertura da edificação. (Telhado).</i> (FEITO ATRAVÉS DE DRONE E/OU ALPINISMO, EQUIPE TÉCNICA) 	-	R\$ 15.296,00
<ul style="list-style-type: none"> <i>Emissão de relatório técnico e parecer contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas.</i> <i>Elaboração de um Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações para as atividades propostas e serviços a serem executados (inclusive quantitativo dos serviços propostos), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços.</i> (FEITO ATRAVÉS DE DRONE E/OU ALPINISMO, EQUIPE TÉCNICA) 	-	R\$ 22.192,00
TOTAL		R\$ 56.208,00

O PRAZO DE ENTREGA DO RELATÓRIO – até 20 (vinte) dias úteis a partir da realização do último ponto do ensaio. Para o caso de revestimento de paredes de argamassa inorgânica, o painel estudado deve ser composto por no mínimo 12 (doze) corpos de prova para realização do ensaio de aderência de 03 (três) corpos de prova para o ensaio de umidade (exigido na revisão da NBR-13528-3:2019). Para as demais situações, o painel é formado por (doze) corpos de prova para o ensaio de aderência. Em caso de perda ou dano das placas metálicas utilizadas no ensaio por parte do cliente, será cobrado um valor de R\$40,00 / unidade. Execução mínima de 12 (doze) corpos de prova em casa solicitação.

3. Obrigação do Cliente

- Caso haja necessidade de efetuar alguma modificação dos itens ou cancelamento desta proposta, é necessário que a solicitação seja formalizada por e-mail, com no máximo 10 dias de antecedência a mobilização do contrário o valor pago ou a ser admitido e cobrado é o constante em proposta aceita;
- Para os serviços em que seja necessária a utilização de equipamentos da CONSULTAR fica sob responsabilidade do cliente todos os custos com infraestrutura que permita a devida execução dos mesmos, bem como, água, esgoto e energia elétrica.
- Todos os custos com ressarcimento integral, caso ocorra algum tipo de sinistro com os equipamentos do utilizados para realização dos serviços.

4. Obrigações da CONSULTAR

- Realizar todos os ensaios contemplados nesta com base nas normas técnicas brasileira vigente, bem como ceder equipamentos calibrados com periodicidade.

5. Pagamento

- O pagamento poderá ser realizado 50% no início da mobilização das atividades no edifício e 50% na sinalização do término de relatório e emissão de Recibo/NFSe ou em 1+2, entrada + duas parcelas fixas mensais de R\$ 18.736,00 (Dezoito mil, setecentos e trinta e seis reais) através de depósito em conta, transferência bancária, PIX. **Banco INTER: Agência: 0001 // Conta: 11855467-0 // PIX: 36029473000169.**

6. Considerações Gerais

- Esta proposta poderá ser rescindida por ambas as partes por escrito, respeitando um prazo mínimo de 10 (DEZ) dias.
- Os preços e demais condições ora propostas foram definidos com base nos impostos, taxas, leis sociais, encargos trabalhistas e conjuntura econômica atualmente vigente.

7. De acordo

- Para realização dos serviços descritos, solicitamos enviar por email ou whatsapp a ficha cadastro com o "de acordo" devidamente preenchido e assinado. No caso de já haver cadastro da obra, favor enviar o "Termo de Aceitação" devidamente preenchido e assinado.



Kildare Nascimento

Diretoria Operacional e Comercial

kildare.consultar@gmail.com

Fone: 81 99670 – 8802

Enviado por EMAIL

CONSULTAR
E n g e n h a r i a

TERMO DE ACEITAÇÃO

Recife, 08 de maio de 2024

DADOS	
Nº da proposta:	14_24_REV 02_PROPSERV_ANÁLISE REV EXTERNO_MPF_DEA
Nome do solicitante:	MPF
Construtora:	-
Obra:	EDIFICIO SEDE DO MPF – PE
Data: ____ / ____ / 20____.	
Assinado e carimbo	

TESTEMUNHA:
Nome: _____.
Assinatura: _____.

SERVIÇOS(S) SOLICITADOS(S):

CADASTRO DO CLIENTE

O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTÁ CONDICIONADO À DEVOLUÇÃO DESTA FICHA CADASTRAL DEVIDAMENTE PREENCHIDA E ASSINADA PELO CONTRATANTE/SACADO.

OBRA	NOME DA OBRA:		CEI:
	CONSTRUTORA:		
	ENG.RESPONSÁVEL: André		E-MAIL:
	ENDEREÇO:		
	BAIRRO:	CIDADE / ESTADO:	CEP:
	TELEFONE:		
	PONTO DE REFERÊNCIA:		
	PREVISÃO DE TÉRMINO DA OBRA:		

ENVIO DE:	RELATÓRIO: () CLIENTE () OBRA () OUTRO:
	E-MAIL ENVIO RELATÓRIO:

SERVIÇOS(S) SOLICITADOS(S):



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE-MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

11 de abril de 2024 às 14:48

Para: "acam0310@gmail.com" <acam0310@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>, "Rubinaldo Cabral Saraiva (PR.PE)" <rubinaldosaraiva@mpf.mp.br>

Boa tarde Antônio Carlos

Estamos planejando revitalizar a fachada da edificação da Procuradoria da República em PE - MPF - localizada na avenida Agamenon Magalhães, 1800.

Já temos o projeto arquitetônico que consiste na troca das pastilhas e na pintura texturizada dos elementos em concreto aparente.

Como o prédio tem mais de 40 anos, precisamos ter a certeza se as camadas de chapisco e massa única podem ser preservadas e se estão em condições de receber um novo revestimento ou devem ser removidas e refeitas.

Então, imaginamos contratar uma empresa que possa nos auxiliar nessa análise com:

1. Inspeção visual da fachada e apontamento das manifestações patológicas encontradas;
2. Realização de ensaios de percussão e aderência das cerâmicas (imaginamos uns 40 pontos ao longo dela) ou outros ensaios, de modo que se possa atestar sobre as condições das camadas de revestimento;
3. Emissão de relatório técnico e parecer contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas.
4. Elaboração de um Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações para as atividades propostas e serviços a serem executados (inclusive quantitativo dos serviços propostos), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços.
5. Emissão da ART.

Achamos interessante uma visita para que seja dirimida qualquer dúvida.

Eu e a engenheira Fátima estamos disponíveis todos os dias, sendo necessário entrar em contato para marcarmos um horário.

Agradecemos desde já,

Atenciosamente,

--

Silvana Andrade (PRPE)

Divisão de Engenharia e Arquitetura - DEA/PRPE

Zoom: Silvana Moraes de Andrade ([PR.PE](#))

Fone: (81) 2125-8992

Whatsapp: (81) 2125-8992



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE-MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

16 de abril de 2024 às 11:00

Para: "acam0310@gmail.com" <acam0310@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Bom dia Antônio Carlos

Seguem os projetos da PRPE para auxiliar na elaboração da sua proposta.

Ficamos no aguardo,

Att

Silvana Andrade

DEA/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]

7 anexos

**Planta de Fachadas Sul e Leste.dwg**

188K

**Planta de Fachadas Norte e Oeste (1).dwg**

150K

**Planta dos cortes AA e BB.dwg**

385K

**Planta dos Cortes CC' e DD'.dwg**

315K

**Planta baixa Térreo (3).dwg**

4983K

**0088-MEMORIAL DESCRITIVO-R03.pdf**

183K

**088-ARQ-EXE-R03.pdf**

11191K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE-MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

26 de abril de 2024 às 12:24

Para: "acam0310@gmail.com" <acam0310@gmail.com>

Boa tarde Antônio Carlos

Tudo bem?

Estamos avaliando as propostas para a contratação do ensaio da nossa fachada e para que possamos ter preços uniformes, estamos solicitando que alguns itens sejam retirados e outros acrescidos, se for possível, claro!

Percebemos que na sua proposta está discriminado o realização de 40 ensaio de aderência na cerâmica, entretanto, precisamos que seja acrescido de:

1. Gostaria que fosse incluído no preço uma inspeção visual na nossa coberta;
2. Inspeção visual na nossa fachada;
3. Foram orçados 40 pontos de ensaio de aderência no reboco. Gostaríamos de padronizar esse número para **48 ensaios** e também realizar 48 ensaios à percussão e aderência na pastilha e 48 ensaios à percussão e aderência no reboco.
4. Emissão de Relatório Técnico;
5. Emissão de Termo de Referência para os serviços a serem elaborados.

Precisamos que esses serviços acima estejam discriminados.

Agradeço desde já e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente,

Silvana Andrade
DEA/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE-MPF

Antonio Carlos A. Melo <acam0310@gmail.com>

29 de abril de 2024 às 10:57

Responder a: antonio@meloconsultores.com.br

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>, "Rubinaldo Cabral Saraiva (PR.PE)" <rubinaldosaraiva@mpf.mp.br>

Silvana,
Segue anexo a proposta solicitada.
Atenciosamente,
Antonio Carlos Melo

Não contém vírus. www.avast.com

[Texto das mensagens anteriores oculto]



PRT – 020.24-01 Proposta Ministério Público - Ensaio de arrancamento..pdf
572K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE-MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

7 de maio de 2024 às 14:26

Para: antonio@meloconsultores.com.br

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Boa tarde Antônio Carlos

Gostaríamos de saber se seria possível revisar a sua proposta ainda em alguns pontos, conforme discriminado abaixo:

1. Gostaria de saber se o seu preço inclui uma inspeção visual na nossa coberta (se sim, seria possível discriminar na sua proposta?
2. Foram orçados 40 pontos de ensaio à percussão e aderência na cerâmica na sua proposta. Seria possível aumentar esse número para **48 ensaios**?
3. Seria possível também incluir no seu preço **48 ensaios** à percussão e aderência no **reboco**?

Agradeço desde já a atenção dispensada

Atenciosamente,

Silvana Andrade
DEA/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Recife, 13 de maio de 2024

Ao
Ministério Público Federal
Agamenon Magalhães, 1800, Santo Amaro
Recife-PE
Ass.: Proposta para execução de serviços de engenharia.

Prezados Senhores:

Conforme solicitação de V.Sa. venho apresentar proposta de preço para execução vistoria, ensaios de resistência a tração por arrancamento e de percussão nas fachadas do edifício Sede.

1. OBJETO

1. Inspeção visual da fachada e apontamento das manifestações patológicas encontradas;
2. Realização de ensaios de percussão e aderência das cerâmicas (imaginamos uns 40 pontos ao longo dela) ou outros ensaios, de modo que se possa atestar sobre as condições das camadas de revestimento;
3. Emissão de relatório técnico e parecer contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas.
4. Elaboração de um Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações para as atividades propostas e serviços a serem executados (inclusive quantitativo dos serviços propostos), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços.
5. Inspeção visual na cobertura.
5. Emissão da ART.

2. CUSTO DOS SERVIÇOS

Item	Serviço	Quant.	Unid.	V. unit. (R\$)	V. Total
1	Mobilização e desmobilização dos equipamentos e mão de obra.	1	vb	2.000,00	2.000,00
2	Inspeção visual da fachada e na cobertura apontamento das manifestações patológicas encontradas.	1	vb	1.500,00	1.500,00

3	Realização de ensaios de percussão em todas as fachadas (100%).	1	Unid.	5.000,00	5.000,00
4	Ensaio de resistência a tração por arrancamento, sendo 48 em revestimento cerâmico e 48 pontos em reboco.	96	pto	150,00	14.400,00
5	Emissão de relatório técnico e parecer contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas.	6	hr	250,00	1.500,00
6	Elaboração de um Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações para as atividades propostas e serviços a serem executados (inclusive quantitativo dos serviços propostos), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços.	1	vb	2.000,00	2.000,00
7	Emissão da ART	1	vb	150,00	150,00
VALOR TOTAL					26.550,00

Valor total dos serviços é de **R\$ 26.550,00** (vinte e seis mil quinhentos e cinquenta reais)

Está incluso nesse valor:

- Todas as despesas com materiais, equipamentos, mão de obra, encargos sociais, transportes, alimentação e demais custos indiretos necessários à realização dos serviços e segurança do trabalho do nosso pessoal exceto outros serviços não constantes no objeto (item 1.).

3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A condição de pagamento consiste em:

- Sinal de 50%.
- Saldo na entrega dos serviços

O pagamento deverá ser efetuado através de transferência bancária em uma das seguintes contas:

Banco Itaú

Agencia N° 8930

Conta Corrente N° 20178-8

PIX =CNPJ= 27.758.217/0001-11

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo para execução dos serviços é de 30 (trinta) dias úteis, podendo esse prazo ser dilatado em função de alguma dificuldade que venha a ocorrer, tais como: chuvas e não liberação em tempo hábil dos locais de trabalho.

Os prazos previstos aqui apresentados para início e conclusão dos serviços poderão sofrer alterações em função de determinações do governo a exemplo de pandemias, como a da COVID 19.

Previsão de início para até **15 dias** após a autorização e quitação do sinal.

5. CONDIÇÕES GERAIS

Atribuições da empresa contratada:

- Fornecer mão de obra e material necessário para execução do serviço conforme o disposto nesta proposta.

São atribuições do condomínio:

- Liberar acessos aos locais de trabalho;
- Fornecer água, energia e sanitário no local de trabalho;
- Os dias parados serão cobrados tendo como base os valores de mão de obra estabelecido pelo SINDUSCON – PE.

Agradecemos e nos colocamos ao inteiro dispor para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Antônio Carlos Melo

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Antônio Carlos de Albuquerque Melo

- **Engenheiro Civil**, graduado pela Escola Politécnica da UPE em 1982, registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA sob o número **13.300 D/PE**;
- **Pós-graduado em Recuperação e Inspeção de Estruturas** pela Escola Politécnica da UPE;
- **Mestre em Engenharia Civil** pela Escola Politécnica da UPE. (<http://lattes.cnpq.br/5197062249942237>);
- **Perito graduado pelo CONPEJ – Conselho Nacional dos Peritos Judiciais da República Federativa do Brasil**;

- Trabalhou na empresa **MM Engenharia Estrutural** como Calculista de Estruturas de Concreto Armado por 13 anos;
- Trabalhou na empresa **CONCREST Construções** por 10 anos como Diretor Técnico de Engenharia;
- Trabalhou como Consultor Colaborador da empresa **Tecomat Engenharia** tendo coordenado os setores de Projetos e Acompanhamento Técnico de Obras.
- Desde 2017 trabalha como Sócio gerente da **MELO ENGENHARIA**.

ALGUNS CLIENTES

Segue uma relação com alguns dos nossos clientes onde realizamos serviços de Consultorias, Laudos, Perícias, Acompanhamento Técnico de Obras (Fiscalização), Projetos de Prevenção e combate a Incêndio com regularização, Projetos de vedações verticais internas e externas, Ensaio de resistência a aderência, entre outros:

- Shopping Rio Mar;
- Shopping Guararapes;
- JCPM – Sede;
- JCPM – Jornal do Comércio;
- JCPM – Colégio Motivo;
- Queiroz Galvão Desenvolvimento Imobiliário;
- Construtora Vertical;
- Construtora Inocoop Pernambuco;
- CREFITO – Conselho Regional de Fitoterapia Ocupacional;
- Reserva do Paiva – edifício AquaMariner – Odebrecht Realizações;
- Colégio Imaculada Conceição;
- Colégio Bem me Quer;
- IBGM - Instituto Brasileiro de Gestão e Marketing;
- Apartamento do Dr. Messias no edifício **Puerto Blanco**;
- Condomínio do edifício **Maria Leopoldina**;
- Condomínio do edifício **Maria Helena**.
- Condomínio do edifício **Villa Beira Rio**;
- Condomínio do edifício **Banzo**;
- Condomínio do edifício **Jardins Madalena**;
- Condomínio do edifício **Alameda dos Flamboyant**;
- Condomínio do edifício **Saint Michael**;
- Condomínio do edifício **Le Chateaus Blois**;
- Condomínio do edifício **Príncipe de Verona**;
- Condomínio do edifício **Boulevard Price**;
- Condomínio do edifício **Mateus Maia**;
- Condomínio do edifício **Engenho Liberdade**;
- Condomínio do edifício **Estação da Torre**;

- Condomínio do edifício **Rosita Kelner**;
- Condomínio do edifício **Village Iputinga**;
- Condomínio do edifício **Ana Lopes**;
- Condomínio do edifício **12 de Outubro**;
- Condomínio do Residencial **Felipe Camarão**;
- Condomínio do edifício **Araçoiaba**;
- Condomínio do edifício **Catuama**;
- Condomínio do edifício **Aquarius**;
- Condomínio do edifício **Escuna**;
- Condomínio do edifício **Ilha de Monte Cristo**;
- Condomínio do edifício **Manacá**;
- Condomínio do **Residencial Parque Paissandu**;
- Condomínio do edifício **Professor Costa Carvalho**;
- Restauração e pintura da **igreja de N. Srª. Da Conceição** (+ de 100 anos), Barro, Recife;
- Restauração e pintura da **igreja de Santo Amaro** (+ de 300 anos), Jaboatão Centro;
- Consorcio com a **Tecomat**:
 - Condomínio do edifício **Ubatuba**;
 - Condomínio do edifício **Henoch Coutinho**;
 - Condomínio do edifício **Estação Jaqueira**;
 - Condomínio do edifício **San Sebastian**;
 - Garden Mall Center;
 - Reserva do Paiva – **Residencial Villa dos Corais**;



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE - MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

11 de abril de 2024 às 14:46

Para: "nardoengenharia@gmail.com" <nardoengenharia@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>, "Rubinaldo Cabral Saraiva (PR.PE)" <rubinaldosaraiva@mpf.mp.br>

Boa tarde João Ricardo,

Estamos planejando revitalizar a fachada da edificação da Procuradoria da República em PE - MPF - localizada na avenida Agamenon Magalhães, 1800.

Já temos o projeto arquitetônico que consiste na troca das pastilhas e na pintura texturizada dos elementos em concreto aparente.

Como o prédio tem mais de 40 anos, precisamos ter a certeza se as camadas de chapisco e massa única podem ser preservadas e se estão em condições de receber um novo revestimento ou devem ser removidas e refeitas.

Então, imaginamos contratar uma empresa que possa nos auxiliar nessa análise com:

1. Inspeção visual da fachada e apontamento das manifestações patológicas encontradas;
2. Realização de ensaios de percussão e aderência das cerâmicas (imaginamos uns 40 pontos ao longo dela) ou outros ensaios, de modo que se possa atestar sobre as condições das camadas de revestimento;
3. Emissão de relatório técnico e parecer contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas.
4. Elaboração de um Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações para as atividades propostas e serviços a serem executados (inclusive quantitativo dos serviços propostos), assim como as orientações das condições gerais para seleção da empresa para executar os serviços.
5. Emissão da ART.

Achamos interessante uma visita para que seja dirimida qualquer dúvida.

Eu e a engenheira Fátima estamos disponíveis todos os dias, sendo necessário entrar em contato para marcarmos um horário.

Agradecemos desde já,

Atenciosamente,

--

Silvana Andrade (PRPE)

Divisão de Engenharia e Arquitetura - DEA/PRPE

Zoom: Silvana Moraes de Andrade ([PR.PE](#))

Fone: (81) 2125-8992

Whatsapp: (81) 2125-8992



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE - MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>
Para: "nardoengenharia@gmail.com" <nardoengenharia@gmail.com>
Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

26 de abril de 2024 às 12:54

Boa tarde João Ricardo,
Tudo bem?

Fátima recebeu seu e-mail e estamos avaliando as propostas para a contratação do ensaio da nossa fachada e para que possamos ter preços uniformes, estamos solicitando que alguns itens sejam retirados e outros acrescentados, se for possível, claro!

Percebemos que na sua proposta está discriminado o realização de 36 ensaio de aderência no reboco, entretanto, precisamos que seja acrescentado de:

1. Gostaria que fosse incluído no preço uma inspeção visual na nossa coberta;
2. Inspeção visual na nossa fachada;
3. Foram orçados 36 pontos de ensaio de aderência no reboco. Gostaríamos de padronizar esse número para **48 ensaios** e também realizar 48 ensaios à percussão e aderência na pastilha e 48 ensaios à percussão e aderência no reboco.
4. Emissão de Relatório Técnico;
5. Emissão de Termo de Referência para os serviços a serem elaborados.

Precisamos que esses serviços acima estejam discriminados no seu orçamento.

Agradeço desde já e ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos,

Atenciosamente,

Silvana Andrade
DEA/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE - MPF

Nardo engenharia <nardoengenharia@gmail.com>

1 de maio de 2024 às 23:31

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Prezada Silvana Andrade, Tudo bem?
Obrigado pelo contato.

Segue em anexo a proposta técnica com os ajustes solicitados.

Obs.: Em relação ao termo de referência, não fazemos quando já existe um projeto de fachada, visto que a ABNT NBR 13755 exige do projetista.

Att.

Eng.º Dr. João Ricardo

[Texto das mensagens anteriores oculto]



PTC-09-24.01.pdf

174K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE - MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

7 de maio de 2024 às 13:57

Para: Nardo engenharia <nardoengenharia@gmail.com>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Boa tarde João

Nós não temos projeto de fachada, mas sim de arquitetura da fachada.

Os arquitetos indicaram os revestimentos e a indicação das juntas de forma a atender a questão estética apenas.

Por esse motivo, estamos solicitando preço para o Termo de Referência também, onde vocês iriam nos orientar em relação à utilização e procedimento dos serviços.

Diante disso, haveria como incluir esse item em sua proposta de preço?

Atenciosamente

Silvana Andrade
DEa/PRPE

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta de Preço Investigação Fachada PRPE - MPF

Nardo engenharia <nardoengenharia@gmail.com>

9 de maio de 2024 às 10:47

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Bom dia, Silvana!
Tudo bem?

Segue em anexo proposta atualizada.

Obs.: O projeto executivo, bem como o termo de referência, não contemplam a parte do revestimento com vidro.

Att.

Eng.º Dr. João Ricardo

[Texto das mensagens anteriores oculto]



PTC-09-24.02.pdf

174K



Nardo
Engenharia & Consultoria

PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL: PTC – 09-24

PROPOSTA

Eng.º Dr. João Ricardo

CLIENTE

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

1. APRESENTAÇÃO

A Nardo Engenharia&Consultoria surgiu para prestar assistência de qualidade e excelência em serviços especializados de engenharia diagnóstica para profissionais e empresas do setor da construção civil de todo o Brasil, com a precisão e a agilidade que os clientes precisam. Contamos com uma equipe de engenharia multidisciplinar (especialistas; mestres e doutores), atenta no cumprimento das normas (inter)nacionais.

Sócio Diretor: João Ricardo

Doutor em Ciências de Materiais (UFPE) e Mestre em Engenharia Civil, Especialista em Engenharia Diagnóstica - Patologia, Desempenho e Perícia na Construção Civil, pelo Instituto Brasileiro de Educação Continuada (INBEC), Especialista em Construção Enxuta (SENAI-DN) e Graduado em Engenharia Civil. É sócio e diretor da Nardo Engenharia & Consultoria bem como professor universitário de graduação e de pós-graduação. Dispõe de experiência na área de Engenharia Civil com ênfase em: Inspeção Predial; Reparo Predial; Manutenção Predial; Patologia das Construções; Gestão de Obras; Materiais e Sistemas Construtivos. Em 2011, recebeu a certificação de qualificação pessoal NQCP (IBRACON). Autor do livro *Introdução à Engenharia Diagnóstica*. 1. ed., 2021. ISBN 978-65-993117-1-0.



2. OBJETIVO DA PROPOSTA

Conforme solicitação da cliente **Eng.^a Fátima Silva**, esta proposta refere-se à prestação de serviços técnicos de engenharia, de modo a realizar ensaios técnicos e inspeção na fachada/cobertura do EDIFÍCIO PROCURADOR DA REPÚBLICA PEDRO JORGE DE MELO E SILVA, Avenida Governador Agamenon Magalhães, 1800, Espinheiro, CEP: 52020-000, na forma de contratante, confrontando-os posteriormente com as especificações normativas, para identificar a real situação da edificação bem como orientação da etapa de decisões a serem tomadas.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS PROPOSTOS

Conforme a ABNT NBR16747 de 05/2020, a atividade de inspeção predial tem por objetivo constatar o estado de conservação e funcionamento da edificação, seus sistemas e subsistemas, de forma a permitir um acompanhamento sistêmico do comportamento em uso ao longo da vida útil, para que sejam mantidas as condições mínimas necessárias à segurança, habitabilidade e durabilidade da edificação.

Escopo:

- Execução dos ensaios;
- Tratamento dos dados;
- Vistoria na fachada e cobertura;
- Relatório Técnico fotográfico.

4. REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

SERVIÇO		UNIDADE	QUANTIDADE	CUSTO UNITÁRIO (R\$)	VALOR GLOBAL (R\$)
4.1	Determinação da resistência de aderência à tração em reboco (ABNT NBR 13528: 2019) + Serviço de rapel para realização do ensaio.	Ponto	48	265,00	12.720,00
4.2	Determinação da resistência de aderência à tração em revestimento cerâmico (ABNT NBR 13755: 2017) + serviço de rapel para realização do ensaio.	Ponto	48	265,00	12.720,00
4.3	Ensaio a percussão + serviço rapel (reboco)	Fachada	-	7.345,00	7.345,00
4.4	Ensaio a percussão + serviço rapel (placa cerâmica)	Fachada	-	7.345,00	7.345,00
4.5	Projeto Executivo da Fachada	-	-	5.200,00	5.200,00
4.6	Termo de Referência	-	-	2.824,00	2.824,00
4.7	Vistoria + Relatório Técnico da fachada e cobertura conforme ABNT NBR 16747	-	-	8.800,00	8.800,00
TOTAL *					56.954,00

*Sendo 50% do valor no ato do fechamento do contrato e 50% para 30 dias.

5. DO PRAZO DE ENTREGA

15 dias úteis, após o término dos ensaios

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

- ♦ Caso seja necessário a realização de outros serviços que não estão mencionados nesta proposta, serão cobrados mediante a apresentação de nova proposta;
- ♦ Os preços constantes neste orçamento são válidos por 30(trinta) dias a contar da data do envio desta proposta orçamentária; exceto valores de deslocamento a depender do valor da passagem vigente no momento da contratação do serviço.

Colocamo-nos à disposição para mais esclarecimentos.

Jaboatão dos Guararapes, 09 de maio de 2024.

Atenciosamente,

Dr. João Ricardo Pereira da Silva
Diretor Técnico





Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Revitalização Fachada MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

7 de fevereiro de 2024 às 12:19

Para: joao@tecomat.com.br, laudos2@tecomat.com.br, "felipecosta@tecomat.com.br" <felipecosta@tecomat.com.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Bom dia João e Felipe,

Sou a engenheira Silvana e trabalho no MPF aqui na Agamenon Magalhães.

Nosso prédio irá revitalizar a fachada e vamos entrar na fase de orçamento.

Entretanto, precisamos definir alguns pontos para a execução, como por exemplo, se vamos retirar apenas do revestimento atual ou tudo, deixando no "osso" e começando de novo pelo chapisco.

Então imagino que para isso, seria interessante uma análise da fachada, com execução de alguns ensaios de arrancamento, ou outros necessários.

Para isso, gostaria de saber se poderíamos receber uma visita de vocês para conversarmos e, se for possível, vocês fazerem uma proposta de preço dos seus serviços.

Agradeço desde já e fico no aguardo da sua resposta,

Atenciosamente,

--

Silvana Andrade (PRPE)

Técnico do MPU/Engª Civil

Zoom: Silvana Moraes de Andrade ([PR.PE](#))

Fone: (81) 2125-8992

Whatsapp: (81) 2125-8992



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Projeto Arquitetônico Fachada MPF

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

1 de março de 2024 às 11:34

Para: felipecosta@tecomat.com.br, laudos2@tecomat.com.br, "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>, "Rubinaldo Cabral Saraiva (PR.PE)" <rubinaldosaraiva@mpf.mp.br>

Bom dia Felipe,

Conforme combinado após a sua visita aqui, segue o projeto arquitetônico da fachada que será executada. Ficamos no aguardo da proposta e estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Atenciosamente,

--

Silvana Andrade (PRPE)

Divisão de Engenharia e Arquitetura - DEA/PRPE

Zoom: Silvana Moraes de Andrade ([PR.PE](#))



Projeto Executivo Fachada.pdf

Fone: (81) 2125-8992

Whatsapp: (81) 2125-8992



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Proposta - MPF

laudos2@tecomat.com.br <laudos2@tecomat.com.br>

14 de março de 2024 às 16:30

Para: silvanaandrade@mpf.mp.br

Cc: João Ribeiro <joao@tecomat.com.br>, Felipe Costa <felipecosta@tecomat.com.br>, Tecomat Comercial 6 <comercial6@tecomat.com.br>

Boa tarde, Silvana! Segue em anexo a proposta do MPF, ao responder este e-mail, copiar à todos. Desde já, agradeço!



PRP.LAU-122.24-00.pdf

666K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

PROPOSTA REVISADA -**FELIPE COSTA** <felipecosta@tecomat.com.br>

30 de abril de 2024 às 14:56

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>, laudos2@tecomat.com.br

Boa trade Silvana , tudo bem ?

Segue a proposta revisada como combinado , qualquer duvida favor sinalizar.

--

Att, Felipe Costa - Consultor Tecnico Comercial

Comercial - 81 9 9784 3838



Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo e pela Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018). É proibida a transmissão ou divulgação de seu conteúdo para terceiros não autorizados. Se você não for o destinatário desta mensagem, pedimos que, por gentileza, exclua e destrua todas as cópias, porventura, existentes e informe ao remetente que você recebeu esta comunicação por engano. O agente fica ciente de que qualquer divulgação ou ação baseada nas informações contidas na comunicação estão expressamente proibidas e poderá acarretar penalidades cabíveis.

 PRP.LAU-122.24-01.pdf
1697K



Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>

PROPOSTA REVISADA -

Silvana Moraes de Andrade (PR.PE) <silvanaandrade@mpf.mp.br>
Para: FELIPE COSTA <felipecosta@tecomat.com.br>
Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

7 de maio de 2024 às 13:41

Boa tarde Felipe

Você poderia me esclarecer se no valor da sua proposta revisada estão inclusos os ensaios de percussão na cerâmica e no reboco também (48 pontos)?

Desde já agradeço,

Atenciosamente,

Silvana Andrade
DEA/PRPE
[Texto das mensagens anteriores oculto]



tecomat.com.br

@tecomatengenharia

Tecomat Engenharia

81 3366 6444

81 99777 0049 | 99959 6026



8958be9c.png
363K

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo e pela Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018). É proibida a transmissão ou divulgação de seu conteúdo para terceiros não autorizados. Se você não for o destinatário desta mensagem, pedimos que, por gentileza, exclua e destrua todas as cópias, porventura, existentes e informe ao remetente que você recebeu esta comunicação por engano. O agente fica ciente de que qualquer divulgação ou ação baseada nas informações contidas na comunicação estão expressamente proibidas e poderá acarretar penalidades cabíveis.

PROPOSTA REVISADA -**FELIPE COSTA** <felipecosta@tecomat.com.br>

9 de maio de 2024 às 14:31

Para: "Silvana Moraes de Andrade (PR.PE)" <silvanaandrade@mpf.mp.br>

Cc: "Fatima Batista Da Costa Silva (PR.PE)" <fatimacosta@mpf.mp.br>

Silvana boa tarde , tudo bem ?

Você poderia me esclarecer se no valor da sua proposta revisada estão inclusos os ensaios de percussão na cerâmica e no reboco também (48 pontos)? ([Está contemplado 10 descidas de rapel onde serão realizados os ensaios de percussão nos cerâmica e emboço e os 48 pontos de aderencia em cada situação.](#))

Att, Felipe Costa - Consultor Tecnico Comercial

Comercial - 81 9 9784 3838



 **tecomat.com.br**
 **@tecomatengenharia**
 **Tecomat Engenharia**
 **81 3366 6444**
 **81 99777 0049 | 99959 6026**

Esta mensagem é destinada exclusivamente ao seu destinatário e as informações nela contidas são confidenciais, protegidas por sigilo e pela Lei Geral de Proteção de Dados (13.709/2018). É proibida a transmissão ou divulgação de seu conteúdo para terceiros não autorizados. Se você não for o destinatário desta mensagem, pedimos que, por gentileza, exclua e destrua todas as cópias, porventura, existentes e informe ao remetente que você recebeu esta comunicação por engano. O agente fica ciente de que qualquer divulgação ou ação baseada nas informações contidas na comunicação estão expressamente proibidas e poderá acarretar penalidades cabíveis.

[Texto das mensagens anteriores oculto]

PROPOSTA TÉCNICA COMERCIAL

CLIENTE

MPF/ CNPJ

Sra. Silvana Morais | F. (81) 9 2125-8992 | silvanaandrade@mpf.mp.br

PROPONENTE

TECOMAT Engenharia

João Ribeiro e Lucas Andrade | F. (81) 9 9818-3400/ (81) 9 9864-2326 |

joao@tecomat.com.br / laudos2@tecomat.com.br

EMPREENDIMENTO

Edifício do Ministério Público.

OBJETO DA PROPOSTA

Inspeção Visual da Fachada, Laudo Técnico, Elaboração do termo de referência e Ensaio de Percussão

CONTEÚDO DA PROPOSTA

- 1 | Apresentação da TECOMAT
- 2 | Detalhamento das atividades
- 3 | Entregáveis, prazos e investimentos
- 4 | Equipe Técnica
- 5 | Obrigações do Cliente
- 6 | Obrigações da TECOMAT
- 7 | Condições gerais

ANEXO

Termo de aceite

1 | APRESENTAÇÃO DA TECOMAT

A TECOMAT Engenharia, fundada em 1992, com sede no Recife, tem como pilares o Saber, representado por uma equipe multidisciplinar, e o Saber Fazer, resultado de 30 anos de experiência em qualidade, segurança e desempenho na construção civil. A TECOMAT é uma das principais empresas do N/NE brasileiros que prestam serviços de engenharia voltados para consultoria técnica e controle tecnológico de materiais da construção civil, com atuação no Brasil e no exterior, em países como Angola, México, Colômbia e Venezuela.

Um dos maiores diferenciais da TECOMAT é o seu capital intelectual, formado por engenheiros, doutores, mestres, professores universitários e uma equipe de técnicos certificados no Núcleo de Qualificação e Certificação de Pessoal do Instituto Brasileiro do Concreto (NQCP/IBRACON).

Os seus laboratórios, inclusive os instalados em obras, são acreditados pelo INMETRO e a empresa é homologada pelo Ministério das Cidades como uma Instituição Técnica Avaliadora (ITA), apta para atestar o desempenho de sistemas construtivos inovadores ou ainda não disseminados no mercado.

2 | DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES

Esta proposta estabelece as condições técnicas e comerciais para prestação de serviço de realização de inspeção, ensaio de percussão e aderência da fachada do edifício do ministério público, localizado na Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1800 - Espinheiro, Recife - PE. Ao final será elaborado relatório técnico acerca das condições gerais dos revestimentos das fachadas, recomendações e tratativas que deverão ser realizadas por ordem de prioridade e caso necessário um termo de referência para a realização da manutenção dela.

2.1 Inspeção visual da fachada e laudo técnico

a) Entrega de checklist (questionários) para levantamento dos principais problemas encontrados e posterior análise, com visita interna nos pontos do edifício, onde os principais problemas se manifestam. **OBS: Problemas pertinentes à fachada nas paredes de periferia.**

b) Inspeção visual da área da cobertura, ancoragens (se houver), calhas, rufos, quanto à existência de manifestações patológicas tais como: elementos danificados falta e/ou necessidade de impermeabilização e ataques por agentes químicos.

c) Inspeção visual dos elementos que compõem o revestimento da fachada, que apresentem algum indício de manifestação patológica, onde o acesso a esses elementos for possível de forma segura e prática.

d) Realização de ensaio de percussão, inspeção mais detalhada. Estimativa de execução de 10 descidas de rapel para ensaio de percussão.

e) 48 pontos de aderência ao longo das cerâmicas da fachada do edifício do Ministério Público.

f) 48 pontos de aderência no emboço.

g) Emissão de relatório técnico e parecer contemplando a descrição da edificação, investigações realizadas, diagnósticos dos problemas encontrados e recomendações das tratativas que devem ser feitas por ordem de prioridade e criticidade.

h) Elaboração de Termo de Referência para manutenção das fachadas, contendo condições gerais para escolha e contratação de empresa, bem como especificações para execução das atividades propostas. Além disso, também será elaborada uma planilha de

referência com a lista de serviços a serem executados e seus quantitativos, para que sirva de base para contratação.

OBS1: Caso necessário será solicitado ao cliente a realização de janelas de inspeção (quebra e abertura nos acabamentos e afins).

OBS2: Devemos informar que problemas de infiltração, em alguns casos, são de difícil diagnóstico e solução. Muitas vezes são endógenos à construção e a falta de informações de como foi concebido os vários sistemas construtivos podem deixar dúvidas quanto a real causa/origem do problema. No entanto, a Tecomat firma compromisso com o cliente em buscar solucionar o problema dentro dos meios possíveis e adequados.

OBS3: O trabalho de rapel será executado por empresa especializada no ramo, a Rope Acess Cysneiros, empresa parceira que será acompanhada pela Tecomat Engenharia.

OBS4: Caso esteja ocorrendo infiltrações nas esquadrias, a depender da situação encontrada, para uma avaliação mais aprofundada poderá ser necessário o condomínio buscar uma empresa especializada em esquadrias.

OBS5: A planilha base do termo de referência contempla a relação de serviços e seus quantitativos. Não inclui uma estimativa de preço. Os preços serão fornecidos pelas empresas concorrentes.

OBS6: A Tecomat não se responsabiliza por qualquer indicação de empresa para participação da concorrência e não participa da escolha para contratação. A tomada de decisão pela escolha da empresa a executar o serviço é de inteira responsabilidade do condomínio.

3 | ENTREGÁVEIS, PRAZOS E INVESTIMENTOS

São entregáveis dessa proposta:

Serviço	Valor	Prazo	Condições de pagamento
Inspeção visual da fachada. Item 2.1 (a, b e c)	R\$ 29.900,00	30 dias*	<ul style="list-style-type: none"> Sinal (50%): Aceite da proposta. Saldo (50%): No envio do TR.
Realização do ensaio de percussão. Item 2.1 (d) (e) e (f)			
Elaboração do laudo técnico de inspeção da fachada. Item 2.1 (g)			
Elaboração do termo de referência. Item 2.1 (h)		40 dias*	

* Prazo para entrega do relatório após as investigações de campo.

** O valor não contempla a recomposição dos locais de ensaio.

*** A proposta deverá ser aceita apenas pelo valor global.

**** O custo com quaisquer documentações excepcionais para realização dos serviços, ficarão de responsabilidade do cliente.

4 | EQUIPE TÉCNICA

Nome / Cargo	Nível	Qualificação	Área de Atuação	Tempo de experiência
Angelo Just	Sênior	Engenheiro Civil, formado pela UFPE em 1996. Mestre (2001) e Doutor (2008) em Engenharia Civil pela Escola Politécnica da USP. Professor da Universidade de Pernambuco-UPE e Universidade Católica de Pernambuco. Coordenador do GT de argamassas do ANTAC.	Atua em projetos de consultoria em gestão de tecnologia, desempenho de edificações e projeto para produção de revestimento de fachada em argamassa e cerâmica, a análise de materiais e componentes da construção civil.	25 anos
Tiberio Andrade	Sênior	Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal de Pernambuco, Mestre pela USP e Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal da Paraíba.	Atua como Professor Assistente da Universidade Federal de Pernambuco e é membro da comissão de reação álcali-agregado da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Consultor em tecnologia construtiva e materiais de construção.	36 anos
João Ribeiro	Master	Engenheiro Civil, formado pela UPE/POLI em 2012. Mestre em construção civil pela Escola Politécnica de Pernambuco (2015).	Atua em consultoria na área de inspeção, vistoria recuperação estrutural e ensaios para diagnósticos de manifestações patológicas em diversos sistemas construtivos.	10 anos

5 | OBRIGAÇÕES DO CLIENTE

- Fornecer os projetos do edifício quando existirem.
- Entrega o levantamento dos quantitativos das fachadas
- Caso necessário, fazer de janelas de inspeção para realização de inspeção ou ensaios. Também é de responsabilidade da reconstituição.
- Caso necessário, fornecer plataformas ou escadas para acesso a áreas superiores.
- Informar aos funcionários a realização das inspeções.

6 | OBRIGAÇÕES DA TECOMAT

- Realizar as inspeções dentro do prazo acordado.
- Indicar os locais de ensaio para a empresa que realizará o rapel.
- Elaboração do relatório técnico.
- Emissão da ART.

7 | CONDIÇÕES GERAIS

- A partir da formalização do aceite da proposta o prazo para início da execução dos serviços será realizada em comum acordo entre o cliente e a Tecomat.
- Caso seja necessária a realização de ensaios específicos que não estão mencionados nesta proposta, serão cobrados mediante a apresentação de nova proposta.
- É importante destacar que na realização dos ensaios e inspeção pode ocorrer a quebra ou retirada de alguns elementos (furos nos blocos ou quebra de pequenas partes em quinas de pilar), para realização do ensaio, não sendo de responsabilidade da Tecomat a sua reconstituição.
- Os valores serão reajustados anualmente como mês base no dissídio coletivo da categoria do Sindicato da Construção Civil de Pernambuco.
- Caso ocorra atraso nos pagamentos das faturas, acarretará a suspensão dos serviços e a cobrança de juros de mora de 1% ao mês mais multa de 2%.
- Os preços e demais condições ora propostas foram definidos com base nos impostos, taxas, leis sociais, encargos trabalhistas e conjuntura econômica atualmente vigente.
- De acordo com a Instrução Normativa 917/09 do INSS, (Retenção na Construção Civil) artigo 143 itens I, II e III, os serviços de assessoria ou consultoria técnica, controle de qualidade de materiais e ensaios geotécnicos de campo ou de laboratório (sondagens de solo, provas de carga, ensaios de resistência, amostragens, testes em laboratório de solos ou outros serviços afins) não estão sujeitos à retenção do INSS na Fonte.
- Esta proposta poderá ser rescindida por ambas as partes por escrito, respeitando um prazo mínimo de 30 dias.
- Os preços constantes desta proposta são válidos por 30 (trinta) dias.
- Para agendamento e realização dos serviços descritos, solicitamos enviar a ficha cadastro com o “Termo de Aceitação” devidamente preenchido e assinado. No caso de já haver cadastro da obra, favor enviar o “Termo de Aceitação” devidamente preenchido e

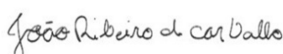
assinado. Quando da utilização de formulário próprio para aceitação dos serviços, mencionar o número desta proposta.

- A aprovação desta proposta se dará com o “De acordo” assinado pelo responsável legal do contratante e com a ficha de cadastro preenchida, a qual poderá nos ser devolvida por e-mail, passando a ter valor para quaisquer fins e efeitos.

- Os serviços prestados pela Tecomat são para uso exclusivo da Contratante, não sendo permitida a divulgação do serviço ou seus resultados e tão pouco o uso do nome ou da marca Tecomat, que pertence exclusivamente a esta. A contratação do serviço não dá o direito de utilização da marca ou nome da Tecomat, em nenhuma mídia ou documento. O uso do nome ou marca da Tecomat, ou a divulgação do serviço pela CONTRATANTE sem prévia e expressa autorização ensejará obrigação de pagamento de multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado independentemente de perdas e danos a serem apurados.

- A CONTRATADA não responde pela avaliação e análise crítica dos projetos diversos (estrutura, arquitetura, impermeabilização, instalações e outros), cuja responsabilidade deve ser dos seus respectivos autores, contratados diretamente pela CONTRATANTE.

Atenciosamente,



João Ribeiro de Carvalho

Engenheiro Civil, Me.

CREA nº 49780-PE

Recife, 14 de Março de 2024

ANEXO
TERMO DE ACEITE

ACEITE DE PROPOSTA TÉCNICA		
<p>Razão Social</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>		
<p>Contato Técnico</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	<p>Cargo</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	
<p>Telefone</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	<p>E-mail</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	
<p>Endereço da Empresa</p> <div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>		
<p>Contato Financeiro</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	<p>Cargo</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	
<p>Telefone</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	<p>E-mail</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	
<p>Endereço para Envio da Cobrança</p> <div style="border: 1px solid black; height: 40px; width: 100%;"></div>		
<p>CNPJ</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	<p>Inscrição Estadual</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>	<p>CCM</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>
<p>Diretor da Empresa Responsável Geral (Nome Completo)</p> <div style="border: 1px solid black; height: 20px; width: 100%;"></div>		
<p>Pela presente, aceitamos as condições estabelecidas na proposta técnica citada acima.</p> <div style="text-align: center; margin-top: 20px;"><div style="border-bottom: 1px solid black; width: 30%; margin: 0 auto;"></div><div style="border-bottom: 1px solid black; width: 60%; margin: 10px auto;"></div></div>		
<p style="text-align: center;">Assinatura</p>		
<p>Observação</p> <div style="border: 1px solid black; height: 80px; width: 100%;"></div>		

O INÍCIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESTÁ CONDICIONADO À DEVOLUÇÃO DESTA FICHA CADASTRAL PREENCHIDA

DADOS DE OBRA	NOME DA OBRA:		
	Nº DO CEI:		DATA DE ABERTURA:
	CONSTRUTORA:		
	ENDEREÇO:		
	BAIRRO:	CIDADE / ESTADO:	CEP:
	ENG. RESPONSÁVEL:		E-MAIL:
	TELEFONE/ CELULAR:		
	VALOR ESTIMADO DO SERVIÇO:		PRAZO DA OBRA:
DADOS DE FATURAMENTO/ FISCAL (CLIENTE)	EMPRESA:		
	ENDEREÇO:		
	BAIRRO:	CIDADE / ESTADO:	CEP:
	CNPJ nº:		
	INSCR. EST.:		INSCR. MUN.:
	RESP. SETOR FINANCEIRO/FISCAL.:		
	TELEFONE/ CELULAR:		EMAIL:
PROPRIETÁRIO DA OBRA (preencher caso dados sejam diferentes do CLIENTE)	EMPRESA:		
	ENDEREÇO:		
	BAIRRO:	CIDADE / ESTADO:	CEP:
	CNPJ nº:		
ENVIO DE:	RELATÓRIO: () CLIENTE () OBRA () OUTRO:		
	E-MAIL ENVIO RELATÓRIO:		
	NOTA FISCAL / BOLETO BANCÁRIO: () CLIENTE () OBRA () OUTRO:		
	E-MAIL ENVIO NOTA FISCAL/ BOLETO:		
	DOCUMENTAÇÃO: () CLIENTE () OBRA () OUTRO:		
	E-MAIL ENVIO DOCUMENTAÇÃO:		
ART: () CLIENTE () OBRA () OUTRO:			
E-MAIL ENVIO DE ART:			

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

I - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para inspeção visual da fachada da PRPE e seus elementos de revestimento e da cobertura, e realização de ensaios de aderência na cerâmica e reboco, ensaios de percussão na cerâmica e reboco, emissão de relatório técnico contendo os sistemas encontrados, as investigações realizadas e os diagnósticos às patologias encontradas e Elaboração de Termo de Referência para solução da fachada, com as especificações técnicas para as atividades propostas e serviços a serem executados.

II - DO OBJETIVO

O gerenciamento de riscos permite identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados que atendam às necessidades da contratação.

III - DOS PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DOS RISCOS

1. Escala de Probabilidade:

Descritor	Descrição	Ocorrências	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	Até 5	1
Baixa	Evento casual e inesperado, sem histórico de ocorrência.	> 5 até 10	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	> 10 até 15	3
Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	> 15 até 20	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	> 20	5

2. Escala de Impacto:

Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

3. Escala de Classificação de Risco

NÍVEL DE RISCO (= P X I)			
BAIXO	MÉDIO	ALTO	EXTREMO
1 – 2	3 – 6	8 – 12	15 – 25

NÍVEL DO RISCO	PRIORIZAÇÃO E TRATAMENTO DO RISCO
EXTREMO	Nível de risco muito além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma resposta imediata e ser constantemente monitorado.
ALTO	Nível de risco além do apetite a risco. Qualquer risco nesse nível deve ter uma ação tomada em período determinado e ser constantemente monitorado.
MÉDIO	Nível de risco dentro do apetite a risco. Geralmente nenhuma medida especial é necessária, porém requer atividades de monitoramento específicas e atenção da gerência na manutenção preventiva e de contingência para manter o risco nesse nível, ou reduzi-lo sem custos adicionais.
BAIXO	Nível de risco dentro do apetite a risco, onde há possíveis oportunidades de maior retorno que podem ser exploradas assumindo-se mais riscos, avaliando a relação custos x benefícios, se autorizado pelo Secretário da Unidade.

4. Matriz de Riscos

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
	5 - Muito Alto	5	10	15	20	25
	4 - Alto	4	8	12	16	20
	3 - Médio	3	6	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

IV - DA AVALIAÇÃO E TRATAMENTO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

RISCO 01	Risco:	ATRASO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE CONTRATAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Média (3)	
	Possíveis Causas:	Falha nos processos de planejamento da contratação; falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falha na comunicação entre os setores da unidade; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Dano 1:	Atraso no início da execução do contrato.	
	Dano 2:	Demora na disponibilização da solução para a PRPE, comprometendo a continuidade dos serviços públicos, além de ocasionar prejuízo ou a segurança de pessoas.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Elaborar e seguir rigorosamente o Calendário Anual de Contratações.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade e eficiência na elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do Termo de Referência, que permitam uma contratação com critérios objetivos.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica
RISCO 02	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Manter uma comunicação ativa entre os componentes da equipe de planejamento e realizar reuniões periódicas para resolver as demandas envolvidas.	CODAM
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Alocação integral da Equipe de Planejamento da Contratação na condução do processo de aquisição.	Equipe de Planejamento da Contratação
	2	Celeridade na contratação e no processo de homologação.	SLDE/ASSJUR
	3	Verificar a possibilidade de contratação emergencial, via dispensa de licitação.	Gestor do Contrato

RISCO 02	Risco:	FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO	
	Possíveis causas:	Falta de conhecimento do objeto; Falta do apoio técnico do órgão nas especificações do objeto; falta de capacitação para os servidores envolvidos.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Dano 1:	O objeto contratado não atenderá a todas as demandas da unidade, acarretando a insatisfação dos usuários e prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Licitação/Disputa fracassada ou deserta, acarretando desperdício de recursos (pessoal, financeiro, etc.)	
	Dano 3:	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação
RISCO 03	2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Setor Demandante
	3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Cancelar a contratação e reelaborar o Termo de Referência (TR).	Autoridade Competente do Órgão / Setor Demandante

RISCO 03	Risco:	FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Utilização de parâmetro e metodologia inadequado no levantamento da pesquisa de mercado, bem como a utilização de amostras de tamanho insuficiente para refletir a realidade do mercado.	
	Dano 1:	Prejuízos ao erário, levando a contratações superfaturadas	

	Dano 2:	Frustração da licitação/disputa, gerando gastos processuais elevados e atraso no início da execução do objeto.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes)	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Para formação dos preços de referência utilizar o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, quando possível ou cotação com empresas especializadas na região.	Equipe de Planejamento da Contratação / Área técnica
	2	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	2	Cancelamento da contratação para reelaboração da pesquisa de preço.	Autoridade Competente do Órgão / Área técnica SLDE

RISCO 04	Risco:	BAIXO NÚMERO DE EMPRESAS PARTICIPANDO DO CERTAME.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Médio (3)	
	Possíveis Causas:	Número reduzido de empresas habilitadas na região; Não é dada ampla publicidade ao edital; Excessivo número de critérios de habilitação, incompatíveis com o mercado.	
	Dano 1:	Licitação deserta e/ou fracassada e atraso no início da prestação dos serviços.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com as exigências do mercado, realizando pesquisa de mercado na fase do ETP.	Equipe de planejamento da contratação / Área técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Iniciar o processo de contratação com antecedência, considerando o prazo para repetição da licitação, caso esta venha a ser fracassada.	CODAM
	4	Dar ampla publicidade ao edital.	SLDE
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Em caso de certame deserto ou fracassado, repetir a licitação alterando os critérios de habilitação ou qualquer outro que tenha dado causa a frustração do certame, como por exemplo a exclusividade para empresas MEs/EPPs.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área técnica
	2	Verificar a possibilidade de contratação emergencial, via dispensa de licitação.	Gestor do Contrato

RISCO 05	Risco:	FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO À ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Falhas na descrição do objeto / serviços; Insuficiência dos critérios de habilitação; Falha do Agente da Contratação/Pregoeiro	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Dano 2:	Atraso na contratação.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Equipe de planejamento da contratação / Setor Demandante / Área Técnica
	2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Setor Demandante / Área Técnica
	3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	SLDE Setor Demandante/Área Técnica
	5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável

1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM
---	---	-------

RISCO 06	Risco:	RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Alto (4)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação	
	Dano 1:	Atraso na contratação dos serviços, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Verificação, na fase de habilitação do certame, que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.	Autoridade Competente do Órgão
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Definir punição no edital para empresa adjudicada que não assinar o contrato dentro do prazo estipulado.	Equipe de planejamento da contratação
	2	Reabertura do certame e volta de fases na licitação para convocação do fornecedor mais bem classificado.	CODAM / DICGC

RISCO 07	Risco:	INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO	
	Probabilidade:	Média (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Insuficiência dos critérios de habilitação e qualificação técnica	
	Dano 1:	Insucesso nos resultados pretendidos, podendo gerar prejuízos ao órgão.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira.	Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica
	2	Prever no edital a qualificação técnica necessária para a contratação, com apresentação de atestado e comprovação de infraestrutura adequada e equipe técnica qualificada.	Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Planejar nova contratação eliminando as possíveis falhas, para substituir o serviço contratado.	CODAM
	2	Prever no edital a aplicação das sanções contratuais	Equipe de planejamento da contratação / Área Técnica

RISCO 08	Risco:	FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.	
	Probabilidade:	Baixa (2)	
	Impacto:	Muito Alto (5)	
	Possíveis Causas:	Falta de treinamento para os servidores, na área de gestão e fiscalização de contratos; número insuficiente de servidores trabalhando na área administrativa do órgão.	
	Dano 1:	Descumprimento das cláusulas contratuais que possam comprometer os objetivos da contratação e trazer prejuízos irreparáveis ao órgão; descontinuidade do contrato.	
	Tratamento:	Mitigar (diminuir a probabilidade de ocorrência e reduzir os impactos decorrentes).	
	Id	Ação Preventiva	Responsável
	1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.	Alta Administração / CGP
	2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	Alta Administração / CGP
	3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	CODAM
	4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Setor demandante
	Id	Ação de Contingência	Responsável
	1	Substituição do fiscal do contrato.	CODAM
	2	Caso seja verificado descumprimento a alguma cláusula contratual, deve-se aplicar as devidas penalidades e/ou glosas, caso necessário.	Setor demandante
	3	Em caso de interrupção dos contratos de serviços contínuos, realizar contratações emergenciais.	DICGC / SLDE

V - DA CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS IDENTIFICADOS

Id	Risco	Relacionado ao(à):	P	I	Nível de Risco (P x I)
R01	Falha na análise da necessidade e no levantamento das soluções de mercado disponíveis	Planejamento da Contratação	2	3	6
R02	Falha na elaboração do termo de referência (o objeto não é claramente definido).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R03	Falha na pesquisa de mercado (preço inexequível ou superestimado).	Planejamento da Contratação	2	4	8
R04	Atraso no processo administrativo de contratação.	Planejamento da Contratação	2	3	6
R05	Baixo número de empresas participando do certame.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R06	Falha na seleção de fornecedores no que diz respeito a análise da proposta, dos documentos de habilitação e dos recursos.	Seleção do Fornecedor	2	4	8
R07	Incapacidade total ou parcial da empresa em entregar o objeto (contratação de empresa não especializada).	Fiscalização Contratual	2	5	10
R08	Falhas na fiscalização e gestão do contrato.	Fiscalização Contratual	2	5	10

VI - DA MATRIZ DOS RISCOS IDENTIFICADOS

		PROBABILIDADE				
		(1) Muito Baixa	(2) Baixa	(3) Média	(4) Alta	(5) Muito Alta
IMPACTO	5 - Muito Alto	5	10 R07 / R08	15	20	25
	4 - Alto	4	8 R02 / R03 R05 / R06	12	16	20
	3 - Médio	3	6 R01 / R04	9	12	15
	2 - Baixo	2	4	6	8	10
	1 - Muito Baixo	1	2	3	4	5

VII - DA CONCLUSÃO E DAS AÇÕES PREVENTIVAS

De acordo com a Matriz de Riscos, verificamos que os riscos 02, 03, 05, 06, 07 e 08 classificam-se como de ALTO RISCO, estando acima do apetite de risco da PRPE, pois, apesar da baixa probabilidade de ocorrência, os impactos para os objetivos da contratação são de difícil recuperação, caso venham a ocorrer no caso concreto. Conhecidos estes riscos, todos os setores envolvidos com a contratação devem se comprometer com as ações preventivas determinadas neste documento e monitorar as hipóteses de ocorrência, estando atentos para a necessidade de se implementar as ações de contingência.

Cumpre informar que as ações preventivas relativas à fase de Planejamento das Contratações já foram tomadas, conforme pode ser acompanhado através do Estudo Técnico Preliminar. As ações preventivas pertinentes aos riscos envolvidos na fase de seleção do fornecedor e gestão contratual serão implementadas no tempo oportuno. É importante ressaltar ainda que o controle administrativo deve ocorrer durante todas as fases da contratação, de modo que o Mapa de Riscos possa ser alterado à medida que as etapas avançam.

Segue abaixo a referência temporal para a implementação de cada ação preventiva determinada para os riscos classificados como ALTO ou EXTREMO:

RISCO 02: FALHA NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA (O OBJETO NÃO É CLARAMENTE DEFINIDO) OU NO PROJETO BÁSICO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Participação da área demandante/equipe de apoio especializada durante o processo de definição dos requisitos da contratação.	Fase de planejamento - ok
2	Descrição clara e objetiva do objeto da contratação.	Fase de planejamento - ok
3	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 03: FALHA NA PESQUISA DE MERCADO (PREÇO INEXEQUÍVEL OU SUPERESTIMADO).

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Para formação dos preços de referência utilizar o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, quando possível ou cotação com empresas especializadas na região.	Fase de planejamento - ok
2	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 05: FALHA NA SELEÇÃO DE FORNECEDORES NO QUE DIZ RESPEITO A ANÁLISE DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Definição dos critérios de habilitação em consonância com a solução mais adequada, de acordo com a pesquisa de mercado, inclusive com exigência de atestado de capacidade técnica.	Fase de planejamento - ok
2	Especificar o serviço de forma concisa e coerente com o que o mercado pode oferecer.	Fase de planejamento - ok
3	Inclusão da área técnica / Demandante na equipe de planejamento da contratação.	Fase de planejamento - ok
4	Análise minuciosa da documentação de habilitação, fazendo uso de lista de verificação, principalmente quanto à qualificação técnico-operacional do licitante, inclusive por meio de diligência, caso se mostre necessário, para verificar a autenticidade dos documentos enviados e a comprovação de que atendem aos requisitos do edital.	Fase de habilitação
5	Capacitação dos servidores envolvidos na contratação.	Os servidores envolvidos possuem cursos atualizados na área ¹ .

RISCO 06: RECUSA DA EMPRESA CONTRATADA A ASSINAR O CONTRATO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Verificação na fase de habilitação do certame que o fornecedor reúne todos os requisitos habilitatórios exigidos em edital.	Fase de habilitação

RISCO 07: INCAPACIDADE TOTAL OU PARCIAL DA EMPRESA EM ENTREGAR O OBJETO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Exigir requisitos habilitatórios relativos à qualificação econômica – financeira, bem como a garantia contratual.	Fase de planejamento - ok
2	Prever no edital a qualificação técnica necessária para a contratação, com apresentação de atestado e comprovação de infraestrutura adequada e equipe técnica qualificada.	Fase de planejamento - ok

RISCO 08: FALHAS NA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO.

	AÇÃO PREVENTIVA	PERÍODO DETERMINADO
1	Realizar ou disponibilizar eventos de capacitação periodicamente para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
2	Realizar Gestão por Competências, alocando, para cada cargo, os servidores que disponham das competências e aptidões necessárias para tanto.	De acordo com o plano de capacitação anual da PRPE.
3	Designar, sempre que possível, servidor da área técnica/demandante, para atuar na fiscalização do contrato.	Fase de planejamento - ok
4	Elaborar, sempre que possível, listas de verificação para auxílio dos fiscais nos contratos mais complexos.	Fiscalização do Contrato – Fase da gestão contratual.

¹Os gestores de cada setor devem buscar atualização constante para a sua equipe, na área de sua atuação, para conhecimento das alterações na legislação, jurisprudência e da melhor doutrina.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Registro de Arquivo Complementar

(Gerado automaticamente pelo sistema)

Expediente:

PR-PE-00043486/2024 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR nº 20-2024

Complementar - Mapa de Riscos - Ensaios na fachada (Versão final).doc

Este arquivo complementar poderá ser acessado pelo link abaixo:

[Mapa de Riscos - Ensaios na fachada \(Versão final\).doc](#)